

Notas explicativas às informações trimestrais

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”) sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na B3 sob o ticket “EQTL3” e desde 2008 participa do Novo Mercado.

2 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Participação direta	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Companhia Energética do Maranhão S.A. - CEMAR	(a)	65,11%	65,11%
55 Soluções S.A.	(b)	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	(c)	96,50%	96,50%
Geradora de Energia do Norte	(d)	25,00%	25,00%
Vila Velha Termoeletricas Ltda.	(e)	50,00%	50,00%
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(f)	0,04%	0,04%
Equatorial Transmissão S.A.	(g)	100,00%	100,00%
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	(h)	51,00%	51,00%
Participação indireta	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(k)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(l)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(m)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(n)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(o)	100,00%	100,00%
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(p)	100,00%	100,00%
Solenergias Comercializadora de Energia S.A	(q)	51%	51%
Helios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.	(r)	99,99	99,99
Equatorial Telecomunicações Ltda.	(f)	99,96	99,96

- (a) Companhia Energética do Maranhão (CEMAR): Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo a mais de 2,5 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 332 mil km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR em 28/08/2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos;
- (b) 55 Soluções S.A.: Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros;
- (c) Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km2, atendendo a mais de 2,6 milhões de consumidores em 144 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/07/1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos;
- (d) Geradora de Energia do Norte S.A.: é a Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Geradora de Energia do Norte S.A. O consórcio que detém o controle da Geradora de Energia do Norte S.A.: é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Geradora de Energia do Norte S.A.: é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas;
- (e) Vila Velha Termoeletricas Ltda.: ainda em fase pré-operacional, é a sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoeletricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia detém 50% do seu capital. O controle da Vila Velha Termoeletricas Ltda. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas;
- (f) Equatorial Telecomunicações Ltda.: Empresa de direito privado com sede em São Luís, Estado do Maranhão, que tem como suas atividades a prestação de serviços de telecomunicações, serviço telefônico fixo, serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sobre o protocolo de internet e prestação de serviços de informações em telefonia;

- (g) Equatorial Transmissão S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) transmitir e comercializar energia e prestar serviços correlatos; b) estudar, planejar, projetar, implantar, operar e manter sistemas de transmissão de energia; c) prestar serviço de consultoria e engenharia dentro de sua área de atuação; c) participar de associações e organizações de caráter técnico, científico e empresarial; e d) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (h) A Integração Transmissora de Energia S.A. (“INTESA” ou “Sociedade”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela ELETRONORTE, sob a supervisão e fiscalização da Sociedade. No dia 19 de dezembro de 2017 foi quitado o contrato de compra e venda de ações e outras avenças, no qual o Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia - FIP vendeu ações representativas de 51% do capital social total da sociedade para a Equatorial Energia, com controle compartilhado, ficando o capital social distribuído da seguinte forma: Equatorial Energia S.A. (51%), Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE (37%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (12%). A controlada em conjunto possui um acordo de acionistas;
- (i) Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Rio das Águas - Barreiras II C2, com 251 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (j) Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV- Barreiras II, Buritirama C1, com 213 quilômetros; e (b) Subestação 500kV Buritirama (subestação nova para conexões de linhas e compensação de reativos), constituída em 17 de novembro de 2016;
- (k) Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Buritirama - Queimada Nova II, C2, com 380 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (l) Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Igarapã III - Janaúba 3 C1, com 257 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C1, com 337 quilômetros; e (c) Subestação 500 kV Janaúba 3 (novo pátio de 500 kV - parte 1), constituída em 17 de novembro de 2016;
- (m) Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Igarapã III - Janaúba 3 C2, com 257 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (n) Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na Linha de Transmissão 500 kV Janaúba 3 - Presidente Juscelino C2, com 330 quilômetros, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (o) Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com Edital do Leilão nº 13/2015-ANEEL 2ª Etapa-Replicação, consistente na (a) Linha de Transmissão 500 kV Vila do Conde - Marituba - 56,1 quilômetros; (b) Linha de Transmissão 230 kV Marituba - Castanhal - 68,6 quilômetros; (c) Subestação 500/230 kV Marituba - (3+1R)x300 MVA; e (d) Subestação 230/69 kV Marituba 2x200 MVA, constituída em 17 de novembro de 2016;
- (p) Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.: Sociedade anônima, de capital fechado, com sede na cidade de São Luís, no estado do Maranhão. A Companhia tem por objeto social: a) explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016, consistente na (a) Linha de Transmissão Xingu - Altamira, em 230 kV, com extensão aproximada de 61 km; (b) Linha de Transmissão Altamira - Transamazônica, em 230 kV, com extensão aproximada de 188 km; (c) pela Linha de Transmissão Transamazônica - Tapajós, em 230 kV, com extensão aproximada de 187 km; (d) Subestação Tapajós, em 230/138-13,8 kV, (2 x 150 MVA); e) Subestação Tapajós - Compensador Síncrono (-75/+150 MVAR); e f) Subestação Rurópolis - Compensador Síncrono (-55/+110 MVAR), constituída em 14 de junho de 2017; e
- (q) Solenergias Comercializadora de Energia S.A. (“Solenergias”): Sociedade anônima com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a 55 Soluções S.A.
- (r) Hélios Energia Comercializadora e Serviços Ltda.: Sociedade Empresária Limitada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como principais atividades a comercialização de energia elétrica, gerenciar contratos de fornecimento de energia elétrica de consumidores, organizar leilões de compra e venda de energia elétrica e comercializar insumos para a geração de energia elétrica, tendo como controladora a Solenergias Comercializadora de Energia S.A.

As controladas CEMAR, CELPA, 55 Soluções e a Equatorial Transmissão serão doravante mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como “Controladas”.

A Geradora de Energia do Norte, Integração Transmissora de Energia S.A. e a Vila Velha são empresas controladas em conjunto (*joint venture*) pela Equatorial, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

As apresentações das informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são equânimes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas, incluindo as empresas controladas em conjunto, e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

3 Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

3.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR-GAAP) que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das informações trimestrais - ITR.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2018 foi autorizada pela Administração em 8 de novembro de 2018.

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações trimestrais.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações trimestrais individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 6.1 - Receita não faturada:** Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida porém não faturada;
- **Nota explicativa 6.2- Contas a receber:** Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;
- **Nota explicativa 11 - Ativo financeiro da concessão:** Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 13 - Intangível:** Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 17 - Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro. Os tributos diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores para fins de tributação; e em relação aos prejuízos fiscais, considerando as suas projeções de lucro tributável e disponibilidade de lucro tributável futuro;
- **Nota explicativa 19 - Provisões para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios:** Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos; e
- **Nota explicativa 28 - Instrumentos financeiros:** Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no período da revisão das informações trimestrais, ou no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 28.3.

3.4 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras de curto prazo (fundo de investimento) mensurados pelo valor justo; e
- Ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado.

4 Principais políticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, mas com a evidenciação das alterações relevantes ocorridas no período, se houver. As práticas contábeis utilizadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da Companhia, descritas na nota nº 4, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto, as novas práticas contábeis adotadas conforme demonstrado na nota 4.1. Portanto, estas informações trimestrais individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitidas em 08 de março de 2018, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 30 de setembro de 2018.

4.1 Principais Mudanças nas políticas contábeis

4.1.1 Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15 - Revenue from Contracts with Customers)

A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos exigidos pela norma para o período comparativo apresentado.

O princípio básico da norma consiste em que a Companhia deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A norma determina que a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares são classificados pela norma como contraprestação variável. As Distribuidoras são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes. Entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Uma vez descumpridos esses indicadores, as controladas CEMAR e CELPA são obrigadas a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Até 31 de dezembro de 2017, essas penalidades eram contabilizadas como despesa operacional.

A norma determina que a Companhia somente pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a Companhia deve considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação, quando devido. Contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, deixaram de ter as respectivas receitas reconhecidas. Com base na avaliação da Companhia, não há contratos sujeitos a tal situação, logo, não há impactos oriundos da adoção da norma.

Os impactos da adoção do IFRS 15 na Demonstração do resultado consolidado do período findo em 30 de setembro de 2018, estão abaixo apresentados:

		Saldos sem adoção do CPC 47/IFRS 15	Ajustes CPC 47/IFRS 15	Saldo Reportado
Receita líquida	(a)	7.495.625	(25.571)	7.470.054
Custo da energia elétrica, construção e operação		(5.708.417)	-	(5.708.417)
Despesas com vendas		(436.938)	-	(436.938)
Despesas gerais e administrativas		(355.884)	-	(355.884)
Amortização do direito de concessão		(7.522)	-	(7.522)
Resultado da equivalência patrimonial		59.591	-	59.591
Outras despesas operacionais, líquidas	(a)	(77.116)	25.571	(51.545)
Resultado financeiro líquido		(254.593)	-	(254.593)
Impostos sobre o lucro		(144.142)	-	(144.142)
Lucro líquido do período		570.604	-	570.604

- (a) Penalidades DIF/FIC e outras anteriormente reconhecidas como outras despesas operacionais, sendo reclassificadas para deduções da receita, conforme norma.

4.1.2 Pronunciamento Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9 - Financial Instruments)

A Companhia adotou o CPC 48/IFRS 9 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas.

- **Classificação - Ativos e passivos financeiros**
O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

Controladora

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros		30/09/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa ¹	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	27.230	27.230	56.503	56.503
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	VJR	VJR	1.737.584	1.737.584	1.191.335	1.191.335
Total do ativo			1.764.814	1.764.814	1.247.838	1.247.838

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros		30/09/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	Custo amortizado	1.667	1.667	1.178	1.178
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	1.147.081	1.152.100	310.447	310.447
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	824.056	842.483	803.464	816.486
Total do passivo			1.972.804	1.996.250	1.115.089	1.128.111

Consolidado

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros		30/09/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa ⁴	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	433.867	433.867	565.164	565.164
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	VJR	VJR	4.319.747	4.319.747	3.607.310	3.607.310
Investimentos de curto prazo	VJR	VJR	-	-	919	919
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.143.890	3.143.890	3.052.909	3.052.909
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	VJR	180.355	180.355	48.720	48.720
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	VJR	VJR	27.720	27.720	8.466	8.466
Ativo financeiro da concessão - Transmissão	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	534.538	534.538	152.919	152.919
Ativo financeiro de concessão - distribuidoras	Empréstimos e recebíveis	VJR	3.424.121	3.424.121	3.071.703	3.071.703
Total do ativo			12.064.238	12.064.238	10.508.110	10.508.110

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros		30/09/2018		31/12/2017	
	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	Custo amortizado	1.128.892	1.128.892	1.185.038	1.185.038
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado	4.569.550	4.557.098	3.963.243	3.978.750
Instrumentos financeiros derivativos	VJR	VJR	21.516	21.516	19.946	19.946
Valores a pagar da recuperação judicial	Custo amortizado	Custo amortizado	848.063	848.063	974.067	986.203
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	3.727.893	3.801.556	3.006.998	3.080.650
Total do passivo			10.295.914	10.357.125	9.149.292	9.250.587

- Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais
O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará

¹ Para o período findo em 30 de setembro de 2018 a Companhia adequou o saldo apresentado anteriormente no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

O potencial das perdas estimadas foram analisadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (residencial, industrial, comercial, rural e setor público). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. Após as análises, conclui-se que os critérios atualmente utilizados pela Companhia, são suficientes e estão em linha com as avaliações requeridas pela norma, logo, não há impactos oriundos da adoção da norma.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	258	468	80.463	112.687
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	1.764.556	1.247.370	4.673.151	4.059.787
Total	1.764.814	1.247.838	4.753.614	4.172.474
 (i) Aplicações financeiras de curto prazo	 30/09/2018	 31/12/2017	 30/09/2018	 31/12/2017
CDB	26.677	55.686	290.093	391.804
Fundos de investimentos	1.737.584	1.191.335	4.319.747	3.607.310
Debêntures compromissadas	295	349	63.311	60.673
Total	1.764.556	1.247.370	4.673.151	4.059.787

- (i) As aplicações financeiras de curto prazo, referem-se a renda fixa, lastreados a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito e Fundos de Investimentos, cujas operações realizadas são de baixo risco em instituições financeiras com classificação de risco acima de AA- e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 99,99% (100,18% em 31 de dezembro de 2017) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

A Companhia adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários e classificados como caixa e equivalentes de caixa. A Companhia utiliza os fundos de investimentos na sua gestão diária de caixa.

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

6.1 Composição dos saldos

	30/09/2018	31/12/2017
Contas a receber de consumidores faturados	1.485.350	1.556.676
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	338.047	292.977
Parcelamentos (b)	1.581.931	1.394.480
Baixa renda e viva luz	69.956	85.704
Outras	196.653	166.827
Total	3.671.937	3.496.664
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(528.047)	(443.755)
Total contas a receber clientes	3.143.890	3.052.909
Circulante	2.425.352	2.439.478
Não circulante	718.538	613.431

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica das controladas CEMAR e CELPA, podem ser efetuados com prazo de até 48 vezes. Os parcelamentos possuem juros de 1% a.m.

6.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber (CEMAR e CELPA)

	31/12/2017	Provisões/ adições	Reversões (baixas) (a)	30/09/2018
Contas a receber de consumidores faturados	218.505	807.180	(825.945)	199.740
Parcelamentos	210.808	226.002	(142.151)	294.659
Outras	14.442	47.239	(28.033)	33.648
Total	443.755	1.080.421	(996.129)	528.047

- (a) A controlada CELPA reavaliou os títulos de consumidores por vencimento, para o período findo em 30 de setembro de 2018, verificou-se um total de R\$ 65.678 (R\$ 161.388 em 31 de dezembro de 2017) encontravam-se vencidos há mais de 360 dias. Assim, a Companhia realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do período, visto que os títulos baixados estavam provisionados anteriormente.

A constituição da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (mencionados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017).

a. Contas a receber de consumidores faturados (CEMAR e CELPA)

30/09/2018				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	264.218	347.928	115.652	727.798
Industrial	74.969	18.999	37.083	131.051
Comercial	165.516	64.472	38.585	268.573
Rural	20.347	21.547	29.227	71.121
Poder público	76.548	51.879	24.423	152.850
Iluminação pública	23.277	11.063	14.185	48.525
Serviço público	29.711	42.045	13.676	85.432
Total fornecimento faturado	<u>654.586</u>	<u>557.933</u>	<u>272.831</u>	<u>1.485.350</u>
31/12/2017				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	312.299	361.813	121.995	796.107
Industrial	74.859	23.676	42.030	140.565
Comercial	169.864	72.892	42.376	285.132
Rural	21.263	23.777	26.647	71.687
Poder público	71.371	67.209	23.463	162.043
Iluminação pública	19.637	11.943	15.536	47.116
Serviço público	18.968	20.022	15.036	54.026
Total fornecimento faturado	<u>688.261</u>	<u>581.332</u>	<u>287.083</u>	<u>1.556.676</u>

b. Parcelamentos

30/09/2018				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	817.226	71.807	218.475	1.107.508
Industrial	33.440	2.879	19.982	56.301
Comercial	101.675	11.888	39.422	152.985
Rural	36.220	4.175	12.621	53.016
Poder público	103.179	6.505	5.782	115.466
Iluminação pública	30.376	1.351	2.580	34.307
Serviço público	57.848	2.295	2.205	62.348
Total do parcelamento	<u>1.179.964</u>	<u>100.900</u>	<u>301.067</u>	<u>1.581.931</u>

	31/12/2017			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	744.476	65.713	150.858	961.047
Industrial	35.291	4.872	15.042	55.205
Comercial	103.710	10.628	27.812	142.150
Rural	31.365	3.371	8.232	42.968
Poder público	103.434	3.948	7.429	114.811
Iluminação pública	27.256	2.337	979	30.572
Serviço público	43.943	2.046	1.738	47.727
Total do parcelamento	<u>1.089.475</u>	<u>92.915</u>	<u>212.090</u>	<u>1.394.480</u>

7 Serviços pedidos (Consolidado)

Refere-se aos custos apurados através de serviços executados para terceiros ou para a própria outorgada registrados através de Ordens de Serviços - ODS, custos referentes à retirada (baixa) de bem integrante do ativo imobilizado registrados através de Ordens de Desativações - ODD e custos de alienações de bens mediante a emissão de Ordens de Alienação - ODA, sendo os critérios para apuração desses custos estabelecidos e determinados pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSE.

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Desativações e alienações em curso (a)	107.520	39.050
Serviço próprio (b)	27.766	19.455
Serviço próprio P&D e PEE (c)	64.218	78.659
Serviços prestados a terceiros (d)	63.593	49.903
Transformação fabricação e reparos de materiais	1.288	1.171
Outros	6.388	7.564
Total	<u>270.773</u>	<u>195.802</u>
Não circulante		
Serviço próprio P&D e PEE (c)	10.115	-
Total	<u>10.115</u>	<u>-</u>

- (a) Refere-se principalmente ao aumento dos custos com retirada (baixa) de bens integrantes do ativo imobilizado registrados através de ordens de desativações, entre as quais destacamos: baixa de medidores; geradores, transformadores e religadores de distribuição;
- (b) Referem-se principalmente ao aumento na emissão de ordens de serviços para apuração de custos com a execução dos serviços de relocação de instalações elétricas;
- (c) Variação decorrente do encerramento de projetos de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento baixados no período; e
- (d) A variação apresentada decorre, principalmente, do aumento da instalação e retirada de rede e ramal de serviço de caráter temporário para o estabelecimento de fornecimento provisório.

8 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

A conta de compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, com a finalidade de permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, em que a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2017	Constituição	Baixa (h)	Atualização	Amortização	30/09/2018
Parcela A						
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(41.258)	35.028	2.491	(863)	14.631	10.029
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	787	2.463	(159)	106	(973)	2.224
Rede básica (b)	54.742	24.905	2.099	2.936	(19.105)	65.577
Compra de energia CVA (c)	480.656	738.549	(7.210)	32.040	(171.781)	1.072.254
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	(344.921)	(95.394)	36.924	(13.128)	132.808	(283.711)
	150.006	705.551	34.145	21.091	(44.420)	866.373
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (e)	166.008	(235.451)	(15.517)	(557)	(28.675)	(114.192)
Neutralidade CEPISA violação do limite de continuidade	1.040	22.484	(1.791)	(350)	(21.350)	33
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	268	-	-	-	(182)	86
Ativo regulatório ANGRA III (f)	(138.477)	(47.159)	-	(6.801)	-	(192.437)
Outros (g)	41.217	-	(10.789)	1.051	(31.479)	-
	373	(56.569)	11.723	540	(88.645)	(132.578)
	70.429	(316.695)	(16.374)	(6.117)	(170.331)	(439.088)
Total	220.435	388.856	17.771	14.974	(214.751)	427.285
Circulante - líquido	100.414					355.625
Não circulante - líquido	120.021					71.660

- (a) Variação positiva em virtude da elevação dos valores homologados pela ANEEL a título de revisão orçamentária para pagamento em 2018 em que superaram os valores de cobertura no período;
- (b) Variação positiva em virtude da elevação das tarifas impostas para pagamento dos custos serem superiores as tarifas de cobertura vigentes;
- (c) No período findo em 30 de setembro de 2018 houve o aumento dos custos com o efeito disponibilidade e exposição financeira, resultantes dos custos repassados às distribuidoras para atendimento do mercado, afetado diretamente pelo acionamento de térmicas cujo preço de geração é superior ao PLD. Para exposição financeira, o aumento teve como fato as diferenças de PLD entre os submercados. Acrescenta-se a variação do período o efeito gerado pelas contabilizações do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSD;
- (d) O Encargo de Serviço do Sistema está relacionado ao pagamento de Usinas Térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD. A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS para garantir a segurança energética do sistema. Na revisão tarifária periódica da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, o que no procedimento de modicidade tarifária resulta na recomposição via ativo regulatório. Com isso, no período findo em 30 de setembro de 2018, a conta de ESS realizou-se acima da cobertura tarifária, o que resultou em uma constituição passiva; e
- (e) Para o ano de 2018, devido a situação de contratos e mercado, o cenário apresenta uma venda de energia no mercado spot, sendo que o PLD está inferior ao preço médio e na operação de venda que resulta na constituição de um ativo regulatório. Adicionalmente, ocorreu o efeito da contabilização de operações no mercado de curto prazo dos períodos de agosto a outubro de 2017 recalculados pela CCEE na liquidação de janeiro/18.
- (f) No período findo em 30 de setembro de 2018, o ativo regulatório de Angra III constituído em 2017, foi integralmente amortizado.
- (g) Amortização do Risco Hidrológico, e contabilização do Ressarcimento de P&D, oriundo da devolução pela União de valores que foram repassados às tarifas de energia elétrica, e recolhido ao Tesouro Nacional, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2012, visando ressarcir estados e municípios

pela eventual perda de recolhimento do ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, nos 24 meses seguintes à interligação dos respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

- (h) Com relação ao montante de reconhecimento das baixas dos ativos e passivos regulatórios no referido trimestre, tais valores referem-se as diferenças entre os custos homologados pela ANEEL no processo de RTA - Reajuste Tarifário quanto aos valores de Parcela A e demais componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os respectivos valores são realizados ao término do período tarifário, ou seja, na data do reajuste tarifário, ocorrendo a amortização dos saldos remanescentes, bem como a extinção dos saldos apurados e não recuperados.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas CEMAR e CELPA adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.438, de 21 de agosto de 2018, a ANEEL realizou a revisão tarifária da controlada CEMAR, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2018 com vigência até 27 de agosto de 2019, e através da Resolução Homologatória nº 2.433, de 07 de agosto de 2018, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da controlada CELPA, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2018 com vigência até 6 de agosto de 2019.

Nesse processo as CVAs contabilizadas pelas controladas são validadas devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela CEMAR e CELPA e o concedido pela ANEEL no mesmo período. As tarifas de aplicação das controladas foram reajustadas em média 16,94% na CEMAR e 11,75% na CELPA, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas das Controladas.

9 Outros créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				
Valores a recuperar de empregados	(1)	-	4.792	3.448
Adiantamento a fornecedores	-	-	12.053	12.322
Alienação de bens e direitos	-	-	4.102	5.498
Crédito ressarcimento de energia	-	-	6.562	3.564
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	480	871
Despesas pagas antecipadamente	493	-	2.062	897
Arrecadação de convênios	-	-	20.886	24.007
Neutralidade PIS/COFINS (a)	-	-	22.951	-
Subvenção descontos tarifários (b)	-	-	77.674	86.653
Outros créditos a receber (c)	2.345	8.174	44.879	56.815
Total	2.837	8.174	196.441	194.075
Não circulante				
Valores a liberar (d)	-	-	16.287	16.287
Caução em garantia (e)	-	-	74.853	62.393
Cessão de crédito - CELPA	9.025	8.601	-	-
Adiantamento a fornecedores (f)	-	-	159.486	100.773
Outros créditos a receber	-	60	8.268	8.383
Total	9.025	8.661	258.894	187.836

- (a) Diferenças apuradas entre o PIS/COFINS resultantes da aplicação das alíquotas médias equivalentes sobre a receita do mês de referência e os valores efetivamente arrecadados no mês de vigência da alíquota média equivalente;
- (b) Referem-se aos valores de subsídio CCEE conforme Nota Técnica da ANEEL nº 226 de 26 de julho de 2017;

- (c) No período findo em 30 de setembro de 2018 o montante tem como principais saldos as operações das controladas CEMAR e CELPA: i) R\$ 14.469 de uso mútuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, contabilizados; ii) R\$ 6.576 refere-se a incorporação de rede, participação financeira de obras conforme Resolução 223/229/414 - ANEEL e; iii) R\$ 23.834 outros valores diversos a receber;
- (d) A controlada CELPA possui saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$ 16.287, bloqueado em decorrência dos contratos de financiamentos repactuados através do Plano de Recuperação Judicial;
- (e) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP) da controlada CELPA, junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024; e
- (f) Valor refere-se aos adiantamentos a fornecedores relativos às Transmissoras (SPE) para construção de instalações de transmissão.

10 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (Presidente e Diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas. Não houve alterações significativas no período em relação às divulgações realizadas nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 16.000, conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2018.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de 30 de setembro de 2018, paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	%	Diretoria Estatutária	%	Total
Números de membros	7		7		14
Remuneração fixa anual	810	100%	1.865	21%	2.675
Salário ou pró-labore	810		1.755	20%	2.565
Benefícios diretos e indiretos	-		110	1%	110
Remuneração variável	-	0%	6.591	73%	6.591
Bônus	-		6.591	73%	6.591
Benefícios pós emprego	-	0%	11	0%	11
Remuneração baseada em ações	-	0%	585	6%	585
Valor total da remuneração por órgão	810	100%	9.052	100%	9.862

11 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2017	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	Constituição	30/09/2018
Ativo financeiro	4.621.377	200.927	376.338	(1.525)	343.276	5.540.393
Obrigações especiais	(1.396.755)	(81.704)	(103.275)	-	-	(1.581.734)
Total	3.224.622	119.223	273.063	(1.525)	343.276	3.958.659

- (a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário.

A concessão das controladas CEMAR e CELPA não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

12 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto são conforme a seguir demonstradas:

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Avaliados por equivalência patrimonial:					
CEMAR	65,11%	1.895.983	1.780.817	-	-
CELPA	96,50%	2.406.072	2.235.140	-	-
Geradora de Energia do Norte	25,00%	106.010	89.254	106.010	89.254
Vila Velha	50,00%	3.300	3.300	3.300	3.300
55 Soluções	100,00%	64.793	53.110	-	-
Equatorial Telecomunicações	0,04%	-	-	-	-
Transmissora SPE 01	100,00%	-	18.958	-	-
Transmissora SPE 02	100,00%	-	21.079	-	-
Transmissora SPE 03	100,00%	-	23.746	-	-
Transmissora SPE 04	100,00%	-	39.907	-	-
Transmissora SPE 05	100,00%	-	16.469	-	-
Transmissora SPE 06	100,00%	-	19.669	-	-
Transmissora SPE 07	100,00%	-	35.159	-	-
Transmissora SPE 08	100,00%	-	27.349	-	-
Equatorial Transmissão	100,00%	520.522	-	-	-
Integração Transmissora de Energia S.A.					
- INTESA (a)	51%	341.736	311.061	341.736	311.061
Subtotal		5.338.416	4.675.018	451.046	403.615
Outros investimentos		-	-	17.893	18.448
Total		5.338.416	4.675.018	468.939	422.063

- (a) Em 19 de dezembro de 2017 a Equatorial Energia concluiu a aquisição da participação de 51% do capital social total da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA para a Equatorial Energia, ficando o capital social distribuído da seguinte forma: Equatorial Energia S.A. (51%), Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE (37%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (12%). A data base utilizada no contrato de compra e venda foi 31 de dezembro de 2016, onde a INTESA apresentou um patrimônio no montante de R\$ 403.286.

Em 28 de março de 2018 informou ao mercado e ao público em geral a oferta vinculante para adquirir ações representativas de 49% do capital social total da sociedade Integração Transmissora de Energia S.A. Como contraprestação pela transferência da titularidade das ações de emissão da Intesa, a Companhia assumiu a obrigação de pagar à vendedora o valor de R\$ 271.902. O preço de aquisição está sujeito a ajustes previstos na Oferta, dentre os quais estão eventuais distribuições de resultados pela Intesa e ajustes em Receitas Anuais Permitidas - RAP.

No dia 27 de setembro de 2018, a Equatorial Energia sagrou-se vencedora no processo licitatório na modalidade Leilão, edital Eletrobras 01/2018. Desde que verificadas as condicionantes previstas no Edital, bem como a homologação do resultado do Leilão pela Comissão de Alienação do Leilão, a Companhia celebrará Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), por meio do qual, subordinado à verificação de determinadas condições suspensivas, a Companhia adquirirá ações representativas de 49% (quarenta e nove por cento) do capital social total da Intesa, atualmente detidas pela Eletrobras. A conclusão da operação, com a efetiva transferência das ações da Intesa para a Companhia está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre as quais, se incluem a aprovação dos termos e condições da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Com a consumação da operação, a Companhia passará a ser detentora de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Intesa.

12.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto

Controladas	Saldo em 31 de dezembro 2017	Aumento de capital	Dividendos adicionais	Dividendos mínimos	Resultado da equivalência patrimonial	Transferência de controle acionário (a)	Prov. Desvalorização investimento permanente	Amortização do direito de concessão (b)	Saldo em 30 de setembro 2018
CEMAR	1.780.817	-	(107.868)	-	230.556	-	-	(7.522)	1.895.983
CELPA	2.235.140	-	(5.255)	-	176.187	-	-	-	2.406.072
Geradora de Energia do Norte	89.254	-	-	(11.829)	28.585	-	-	-	106.010
Vila Velha	3.300	-	-	-	-	-	-	-	3.300
55 Soluções	53.110	-	-	-	11.683	-	-	-	64.793
Transmissora SPE 01	18.958	-	-	-	-	(18.958)	-	-	-
Transmissora SPE 02	21.079	-	-	-	-	(21.079)	-	-	-
Transmissora SPE 03	23.746	-	-	-	-	(23.746)	-	-	-
Transmissora SPE 04	39.907	-	-	-	38	(39.945)	-	-	-
Transmissora SPE 05	16.469	-	-	-	27	(16.496)	-	-	-
Transmissora SPE 06	19.669	-	-	-	43	(19.712)	-	-	-
Transmissora SPE 07	35.159	-	-	-	35	(35.194)	-	-	-
Transmissora SPE 08	27.349	-	-	-	53	(27.402)	-	-	-
Equatorial Transmissão	-	308.036	-	-	10.469	202.532	(515)	-	520.522
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	311.061	-	-	-	30.675	-	-	-	341.736
Total	4.675.018	308.036	(113.123)	(11.829)	488.351	-	(515)	(7.522)	5.338.416

- (a) A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), por meio do despacho nº 3.592, de 26 de outubro de 2017, anuiu a transferência de controle acionário direto das Transmissoras que passaram a ser controladas diretamente pela Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial Energia S.A, registrado em ata da assembleia geral extraordinária nos dias 02 de janeiro e 01 de fevereiro de 2018.
- (b) Refere-se a amortização do intangível sobre direito de concessão pela aquisição da controlada CEMAR, onde será amortizado até o final da concessão em 2030.

12.2 Conciliação dos investimentos

30/09/2018								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA/provisão para perdas	Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.636.235	354.109	-	230.556	1.716.419	179.564	1.895.983
CELPA	96,4992%	2.760.678	183.410	(831)	176.187	2.664.032	(257.960)	2.406.072
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	378.715	114.216	124	28.585	94.679	11.331	106.010
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	64.794	11.684	-	11.683	64.793	-	64.793
Equatorial Transmissão	100,0000%	520.526	10.471	-	10.469	520.522	-	520.522
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	51,0000%	510.942	60.147	-	30.675	260.580	81.156	341.736
		6.878.490	734.037	(707)	488.155	5.324.325	14.091	5.338.416
31/12/2017								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	PPA Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA/Provisão para perdas	Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.447.799	489.617	-	318.783	1.593.731	187.086	1.780.817
CELPA	96,4992%	2.582.714	613.531	9.204	600.934	2.492.298	(257.158)	2.235.140
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	311.490	107.137	385	26.880	77.873	11.381	89.254
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	53.110	19.789	-	19.789	53.110	-	53.110
Transmissora SPE 01	100,0000%	18.958	119	-	119	18.958	-	18.958
Transmissora SPE 02	100,0000%	21.079	131	-	131	21.079	-	21.079
Transmissora SPE 03	100,0000%	23.746	112	-	112	23.746	-	23.746
Transmissora SPE 04	100,0000%	39.907	163	-	163	39.907	-	39.907
Transmissora SPE 05	100,0000%	16.469	19	-	19	16.469	-	16.469
Transmissora SPE 06	100,0000%	19.669	33	-	33	19.669	-	19.669
Transmissora SPE 07	100,0000%	35.159	233	-	233	35.159	-	35.159
Transmissora SPE 08	100,0000%	27.349	124	-	124	27.349	-	27.349
Equatorial Transmissão	100,0000%	(515)	(3.083)	-	(3.083)	(515)	515	-
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	51,0000%	450.794	58.394	-	29.781	229.905	81.156	311.061
		6.054.328	1.286.319	9.589	994.018	4.652.038	22.980	4.675.018

12.3 Informações das controladas e controladas em conjunto

	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não Circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do período
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 30/09/2018												
CEMAR	65,1087%	2.678.383	1.322.038	3.736.620	2.456.730	2.636.235	2.776.239	805.335	(331.795)	(40.755)	(78.676)	354.109
CELPA	96,4992%	3.040.871	2.012.831	5.888.912	4.156.274	2.760.678	4.008.859	877.851	(455.873)	(194.473)	(44.095)	183.410
Geradora de energia do norte	25,0000%	338.028	262.010	565.340	263.356	378.715	440.671	162.482	(12.317)	(16.055)	(19.894)	114.216
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	59.489	26.738	33.899	1.856	64.794	88.809	14.685	(1.936)	826	(1.891)	11.684
Equatorial Transmissão	100,0000%	737.543	264.360	708.763	661.420	520.526	349.864	38.006	(10.964)	(4.004)	(12.567)	10.471
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	51,0000%	244.161	58.827	422.653	128.044	510.942	78.266	54.579	(23.687)	(2.763)	(11.266)	16.863
		7.098.475	3.946.804	11.362.787	7.667.680	6.878.490	7.742.708	1.952.938	(836.572)	(257.224)	(168.389)	690.753

Equatorial Energia S.A.
Informações trimestrais
em 30 de setembro de 2018

Balanco patrimonial							Resultado					
	Participação societária	Circulante		Não Circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/ (Prejuízo) Bruto	Receitas/ despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 31/12/2017												
CEMAR	65,1087%	2.877.884	1.452.571	3.675.456	2.652.970	2.447.799	3.370.836	1.097.200	(480.671)	(24.970)	(101.942)	489.617
CELPA	96,4992%	3.147.581	2.028.985	5.448.618	3.984.500	2.582.714	5.150.974	1.414.483	(684.461)	(207.295)	90.804	613.531
Geradora de energia do norte	25,0000%	155.866	135.289	570.391	279.864	311.490	540.183	169.539	(19.828)	(22.760)	(19.814)	107.137
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	46.286	26.097	38.872	5.951	53.110	104.915	68.212	(41.877)	1.895	(8.441)	19.789
Transmissora SPE 01	100,0000%	5.771	10.309	24.885	1.389	18.958	13.781	150	-	(23)	(8)	119
Transmissora SPE 02	100,0000%	4.676	10.632	28.361	1.326	21.079	13.182	167	-	(31)	(5)	131
Transmissora SPE 03	100,0000%	3.131	11.172	33.444	1.657	23.746	16.417	156	-	(42)	(2)	112
Transmissora SPE 04	100,0000%	4.013	23.836	62.647	2.917	39.907	28.066	340	-	(84)	(93)	163
Transmissora SPE 05	100,0000%	3.609	9.049	22.863	954	16.469	9.204	114	-	(63)	(32)	19
Transmissora SPE 06	100,0000%	3.693	11.457	28.646	1.213	19.669	11.737	135	-	(67)	(35)	33
Transmissora SPE 07	100,0000%	3.516	960	34.988	2.385	35.159	22.451	486	-	(105)	(148)	233
Transmissora SPE 08	100,0000%	4.620	2.897	28.111	2.485	27.349	24.105	208	(2)	(24)	(58)	124
Equatorial Transmissão	100,0000%	216	1.967	1.236	-	(515)	-	(2.412)	(590)	(81)	-	(3.083)
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	51,0000%	184.516	58.630	440.250	115.342	450.794	131.810	78.637	68	(7.498)	(12.813)	58.394
		6.445.378	3.783.851	10.445.368	7.052.953	6.054.328	9.437.661	2.827.415	(1.227.361)	(261.148)	(52.587)	1.286.319

13 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

30/09/2018					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,38%	9.855.820	(4.597.937)	(1.862.065)	3.395.818
Em curso		1.544.391	-	(266.947)	1.277.444
Contrato de concessão		291.810	(112.245)	-	179.565
Total		11.692.021	(4.710.182)	(2.129.012)	4.852.827

31/12/2017					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,37	9.603.849	(4.214.284)	(1.797.065)	3.592.500
Em curso		1.453.154	-	(301.894)	1.151.260
Contrato de concessão		291.810	(104.724)	-	187.086
Total		11.348.813	(4.319.008)	(2.098.959)	4.930.846

Movimentação do ativo intangível

	31/12/2017	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência	30/09/2018
Em serviço	9.603.849	1.227	1.451	(113.759)	363.052	9.855.820
(-) Amortização	(4.214.284)	(12)	(442.993)	59.352	-	(4.597.937)
Total em serviço	5.389.565	1.215	(441.542)	(54.407)	363.052	5.257.883
Em curso	1.453.154	(1.236)	831.863	-	(739.390)	1.544.391
Total em curso	1.453.154	(1.236)	831.863	-	(739.390)	1.544.391
Obrigações especiais	(3.062.194)	-	(263.146)	1.812	103.275	(3.220.253)
(-) Amortização	963.235	-	128.006	-	-	1.091.241
Total em obrigações especiais	(2.098.959)	-	(135.140)	1.812	103.275	(2.129.012)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(104.724)	-	(7.521)	-	-	(112.245)
Total de direito de concessão	187.086	-	(7.521)	-	-	179.565
Total	4.930.846	(21)	247.660	(52.595)	(273.063)	4.852.827

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído conforme a seguir demonstrado:

Intangível em curso	Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017
Obras em andamento	1.330.115	1.234.980
Materiais em depósitos	171.070	166.015
Adiantamento a fornecedores	43.206	52.159
Total	1.544.391	1.453.154

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	706.026	670.131
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	39.970	44.808
Materiais e serviços ²	1.667	1.178	382.896	441.877
Outros	-	-	-	28.222
Total	1.667	1.178	1.128.892	1.185.038

- (a) No período findo em 30 de setembro de 2018 os custos com compra de energia tiveram um preço médio maior em relação ao mesmo período de 2017 devido ao preço médio de pagamento dos contratos de energia leilão terem sofrido atualização devido o RTA, assim como com o preço da energia oriunda das térmicas está mais caro devido o acionamento das térmicas, o que faz com que haja um desembolso maior.

² Para melhor forma de apresentação e comparação com o período atual a Companhia classificou valores antes classificados como “Outros” para “Materiais e serviços”.

15 Empréstimos e financiamentos

Composição do saldo

	Controladora				Consolidado		
	30/09/2018				30/09/2018		
Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos			Custo médio da dívida (% a.a.)	Principal e encargos		
	Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)							
Tesouro Nacional	-	-	-	5,07%	2.083	88.694	90.777
CCBI Citibank	-	-	-	2,45%	7.044	1.113.940	1.120.984
Total moeda estrangeira	-	-	-	2,65%	9.127	1.202.634	1.211.761
					34.178	127.187	161.365
Moeda nacional							
Eletrobras	-	-	-	12,21%	-	-	-
IBM	-	-	-	7,72%	34.178	127.187	161.365
BNDES	-	-	-	2,894	142	3.036	3.036
Banco do Brasil	0,15%	820.648	820.648	8,78%	157.460	477.365	634.825
Caixa	-	-	-	0,17%	822.578	1.654	824.232
Finep	-	-	-	6,00%	6.692	46.302	52.994
Sudene	-	-	-	4,00%	646	322	968
Santander	-	-	-	7,00%	7.433	20.345	27.778
Votorantim	-	-	-	2,37%	30.231	700.000	730.231
Nota promissória	7,2%	326.762	326.762	4,50%	470	227	697
				2,82%	519.670	409.657	929.327
Subtotal	1.147.410	-	1.147.410	3,74%	1.582.252	1.783.201	3.365.453
(-) Custo de captação	(329)	-	(329)		(1.919)	(5.745)	(7.664)
Total moeda nacional	1.147.081	-	1.147.081	3,75%	1.580.333	1.777.456	3.357.789
Total	1.147.081	-	1.147.081	3,45%	1.589.460	2.980.090	4.569.550

Equatorial Energia S.A.
Informações trimestrais
em 30 de setembro de 2018

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017				31/12/2017			
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Principal e encargos			Custo médio da dívida (%a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)								
Tesouro Nacional	-	-	-	-	4,73%	721	72.965	73.686
CCBI Citibank	-	-	-	-	3,13%	3.801	578.900	582.701
Total moeda estrangeira		-	-	-		4.522	651.865	656.387
Moeda nacional								
Eletrobras	-	-	-	-	4,50%	34.867	141.142	176.009
Guanabara	-	-	-	-	11,43%	1.694	-	1.694
IBM	-	-	-	-	11,32%	11.761	2.017	13.778
BNDES	-	-	-	-	9,66%	304.029	1.370.787	1.674.816
Banco do Brasil	-	-	-	-	10,61%	284.022	3.097	287.119
BNB	-	-	-	-	8,50%	18.514	39.254	57.768
Caixa	-	-	-	-	6,00%	6.745	51.193	57.938
Finep	-	-	-	-	4,00%	1.126	1.402	2.528
Sudene	-	-	-	-	7,00%	6.966	23.747	30.713
Santander	-	-	-	-	9,76%	122	200.000	200.122
Votorantim	-	-	-	-	4,50%	473	580	1.053
Nota promissória	10,82%	310.447	-	310.447	10,63%	311.429	500.000	811.429
Subtotal		310.447	-	310.447		981.748	2.333.219	3.314.967
(-) Custo de captação		-	-	-		(1.692)	(6.419)	(8.111)
Total moeda nacional		310.447	-	310.447		980.056	2.326.800	3.306.856
Total		310.447	-	310.447		984.578	2.978.665	3.963.243

Em 30 de setembro de 2018 os valores em empréstimos e financiamentos consolidados possuem um custo médio de 3,45% a.a., equivalente a 51,94% do CDI (8,58% a.a., equivalente a 86,44% do CDI, em 31 de dezembro de 2017).

Cronograma de amortização da dívida

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Controladora

O saldo da dívida da Controladora está 100% apresentada no circulante devido aos vencimentos no curto prazo.

Consolidado

Vencimento	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	1.589.460	35%	984.578	25%
2019	54.418	2%	399.777	10%
2020	1.114.038	24%	742.290	19%
2021	1.117.880	24%	1.221.963	31%
2022	190.490	4%	250.222	6%
Após 2022	509.009	11%	370.832	9%
Subtotal	2.985.835	65%	2.985.084	75%
Custo de captação (Não circulante)	(5.745)	0%	(6.419)	0%
Não circulante	2.980.090	65%	2.978.665	75%
Total	4.569.550	100%	3.963.243	100%

Movimentação da dívida

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

Controladora

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	310.447	-	-	-	310.447
Ingressos	-	820.000	-	-	820.000
Encargos	16.964	-	-	-	16.964
Transferências	819.301	(819.301)	-	-	-
Custo de captação	369	(699)	-	-	(330)
Saldos em 30 de setembro 2018	1.147.081	-	-	-	1.147.081

Consolidado

	Moeda nacional		Moeda estrangeira(USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	980.056	2.326.800	4.522	651.865	3.963.243
Ingressos (a)	-	1.423.211	-	390.000	1.813.211
Encargos	142.460	4.657	27.920	-	175.037
Variação monetária e cambial	34.516	10.576	-	160.769	205.861
Transferências	1.981.875	(1.981.875)	-	-	-
Amortizações de principal	(1.466.908)	-	-	-	(1.466.908)
Pagamentos de juros	(98.025)	-	(23.315)	-	(121.340)
Custo de captação	6.359	(5.913)	-	-	446
Saldos em 30 de setembro de 2018	1.580.333	1.777.456	9.127	1.202.634	4.569.550

- (a) Em 28 de fevereiro de 2018 encerrou-se a distribuição pública da 1ª emissão de nota promissória da Equatorial Transmissora 7 SPE. Os recursos captados, no montante de R\$ 185.000, em uma série, destinam-se a, gestão ordinária desta Companhia, com o objetivo de cobrir a necessidade de Capital de Giro. Nota promissória contratada com taxa 114,60% CDI com amortização *bullet*, com vencimento em 28 de agosto de 2019 e com aval da Controladora, Equatorial Transmissão.

Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia e pelas controladas CEMAR e CELPA possuem *covenants* e garantias financeiras (flutuante, fidejussórias e real), cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia e suas Controladas CEMAR e CELPA mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

16 Debêntures

Movimentação da dívida controladora e consolidado

A movimentação das debêntures no período está conforme a seguir demonstrada:

	Controladora		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.269	800.195	803.464
Encargos	46.262	-	46.262
Pagamento de juros	(23.655)	-	(23.655)
Variação monetária	-	3.518	3.518
Custo de captação	(900)	(4.633)	(5.533)
Saldos em 30 de setembro de 2018	24.976	799.080	824.056

Segunda emissão de debêntures

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia firme, em duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 695.000, com vencimento em novembro/2022 com taxa equivalente a CDI + 1,6% a.a. e a segunda série no montante total de R\$ 105.000 com vencimento em novembro/2024 com taxa equivalente à IPCA + 5,77% a.a. Ambas destinaram-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente da 1ª série é de R\$ 716.425 (R\$ 697.964 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 8,36 % a.a. (11,53% a.a. em 31 de dezembro de 2017) e da 2ª série é de R\$ 113.163 (R\$ 105.500 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 10,41% a.a. (8,57% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

	Consolidado		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	213.812	2.793.186	3.006.998
Ingressos	-	1.185.000	1.185.000
Encargos	173.850	4.643	178.493
Transferência	553.034	(553.034)	-
Amortização do principal	(562.525)	-	(562.525)
Pagamento de juros	(103.730)	-	(103.730)
Variação monetária	32.205	2.724	34.929
Custo de captação	(5.332)	(5.940)	(11.272)
Saldos em 30 de setembro de 2018	301.314	3.426.579	3.727.893

As controladas da Companhia possuem nove emissões vigentes:

CELPA

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a Companhia realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 5 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio/2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Debêntures contratada com taxa equivalente à IPCA + 9,0% a.a., com amortização de 50% em 30 de maio de 2019 e 50% em 30 de maio de 2020. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 110.855 (R\$ 104.392 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva é de 13,94% a.a. (11,80% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Segunda emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 1 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., dividida em duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 e a segunda série no montante total de R\$ 23.000, ambas com vencimento em janeiro/2024 destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia.

Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a. e da segunda série é IPCA + 7% a.a., com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 67.482 para a primeira série e R\$ 25.165 para a segunda série, com taxa efetiva de 12,93% e 11,85% a.a., respectivamente (R\$ 90.472 com taxa de 10,57% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Terceira emissão de debêntures

Em 11 de novembro de 2016, a Companhia realizou a Terceira Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 26 de dezembro de 2016, sendo uma emissão de debêntures incentivada, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A. no montante de R\$ 300.000, dividido em duas séries de R\$ 199.069 e R\$ 100.931, com vencimento em dezembro/2021 e dezembro/2023 respectivamente, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Contrato ao custo de IPCA + 6,70% a.a. para a 1ª série e, IPCA + 6,87% a.a. para 2ª série. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 222.081 para a primeira série e R\$ 112.741 para a segunda série, com taxa efetiva de 11,53% e 11,71% a.a., respectivamente (R\$ 309.247 com taxa de 9,56% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Quarta emissão de debêntures

Em 05 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a Quarta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 28 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em série única, no montante total de R\$ 500.000, com vencimento em dezembro/2019 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Em 18 de maio de 2018, a Companhia realizou a aquisição facultativa de R\$ 443.500 Debêntures (R\$ 457.351, incluindo a remuneração aplicável) transferindo esses debenturistas para a 2ª série da 5ª Emissão de Debêntures da Companhia. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 57.705, com taxa efetiva de 7,72% a.a. (R\$ 501.382 com taxa 11,51% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Quinta emissão de debêntures

Em 25 de abril de 2018, a Companhia realizou a Quinta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 18 de maio de 2018, sendo uma emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 1.000.000, dividido em duas séries de R\$ 543.033 e R\$ 456.967, sendo o público alvo da segunda série os titulares da 4ª emissão da Companhia. As duas séries têm vencimento em abril/2023, destinou-se à gestão ordinária dos negócios da Emissora, com o objetivo de cobrir necessidades de capital de giro. Contrato ao custo de CDI + 1,10% a.a. para a 1ª série e, CDI + 1,30% a.a. para 2ª série. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 557.998 para a primeira série e R\$ 469.767 para a segunda série, com taxa efetiva de 7,83% a.a. e 8,04% a.a., respectivamente.

CEMAR

Quarta emissão de debêntures

Em 22 de setembro de 2012, encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se aos pagamentos das dívidas, recomposição de caixa e capital de giro da Companhia. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de CDI + 1,08% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,90% a.a. com amortizações semestrais

da 1ª série e anuais da 2ª série (primeira amortização ocorrida em 22 de junho de 2016) com seus respectivos vencimentos em 21 de junho de 2018 e 22 de junho de 2020. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 175.769 (R\$ 292.966 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 9,44% a.a. (11,15% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Sexta emissão de debêntures

Em 27 de outubro de 2014, encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Debêntures contratada com taxa 113,2% CDI, primeira amortização ocorreu em 13 de outubro de 2017 com vencimento em 14 de outubro de 2019. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 137.713 (R\$ 135.283 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 7,53 % a.a. (11,24% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Sétima emissão de debêntures

Em 01 de novembro de 2016 encerrou-se a distribuição pública da 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, destinaram-se, exclusivamente para implementação do programa de investimentos da Companhia. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a. com amortização bullet e seus respectivos vencimentos em 15 de outubro de 2021 e 15 de outubro de 2023. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 302.457 (R\$ 281.805 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 18,89% a.a. (12,04% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Oitava emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2017 encerrou-se a distribuição pública da 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em uma série, destinaram-se a gestão ordinária da Companhia, com o objetivo de cobrir a necessidade de Capital de Giro. Debêntures contratada com taxa 107% CDI com amortização bullet, com vencimento em 15 de setembro de 2022. Em 30 de setembro de 2018 o saldo remanescente é de R\$ 501.185 (R\$ 507.917 em 31 de dezembro de 2017) e a taxa efetiva dessa operação é de 7,12% a.a. (10,62% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

Cronograma de amortização da dívida Controladora

	30/09/2018		31/12/2017	
Vencimento	Valor	%	Valor	%
Circulante	24.976	3%	3.269	0%
Após 2021	803.713	97%	800.195	100%
Não circulante	803.713	97%	800.195	100%
Custo de captação (Não circulante)	(4.633)	-	-	-
Total não circulante	799.080	97%	800.195	100%
Total	824.056	100%	803.464	100%

Cronograma de amortização da dívida Consolidada

	30/09/2018		31/12/2017	
Vencimento	Valor	%	Valor	%
Circulante	301.314	8%	213.812	7%
2019	333.428	9%	703.849	23%
2020	136.559	4%	134.690	4%
2021	366.480	10%	364.758	12%
Após 2021	2.613.910	70%	1.607.746	55%
Não circulante	3.450.377	93%	2.811.043	94%
Custo de captação (Não circulante)	(23.798)	(1%)	(17.857)	(1%)
Total não circulante	3.426.579	92%	2.793.186	96%
Total	3.727.893	100%	3.006.998	100%

Covenants

As debêntures contratadas possuem *covenants* e garantias financeiras (quirografária), cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia e suas controladas CEMAR e a CELPA mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos, conforme demonstrado a seguir:

Controladora

Covenants debêntures

1º Dívida líquida/EBITDA ajustado: <=4

2ª debêntures

1,99

CEMAR

<i>Covenants debêntures</i>	<i>4ª debêntures</i>	<i>6ª debêntures</i>	<i>7ª debêntures</i>	<i>8ª debêntures</i>
1º Dívida líquida/EBITDA: $\leq 3,25$	0,89	0,89	0,89	0,89
2º EBITDA/Despesa financeira líquida: $\geq 1,5$	20,4	N/A (a)	20,4	20,4

(a) Na 6ª emissão debêntures não há exigência contratual para o cálculo do 2º índice.

CELPA

<i>Covenants debêntures</i>	<i>1ª debêntures</i>	<i>2ª debêntures</i>
1º Dívida líquida/EBITDA regulatório: $\leq 3,5$	3	3
2º EBITDA regulatório/Despesa financeira líquida: ≥ 2	3,7	3,7

<i>Covenants debêntures</i>	<i>3ª debêntures</i>	<i>4ª debêntures</i>
1º Dívida líquida/EBITDA regulatório: $\leq 3,5$	2,7	2,7
2º EBITDA regulatório/Despesa financeira líquida: $\geq 1,5$	3,9	3,9

<i>Covenants debêntures</i>	<i>5ª debêntures</i>
1º Dívida líquida/EBITDA regulatório: < 4	2,7

17 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32.

17.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos consolidado

<i>Ativo</i>	<i>30/09/2018</i>	<i>31/12/2017</i>
IRPJ prejuízos fiscais (a)	-	169.535
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	-	(94.081)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	-	(67.053)
Total tributos diferidos ativo	-	8.401

	30/09/2018	31/12/2017
Passivo		
IRPJ prejuízos fiscais (a)	300.033	130.498
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias (ii)	(551.207)	(363.151)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação (b)	(59.883)	-
IRPJ e CSLL aquisição CELPA (iii)	<u>48.101</u>	<u>47.951</u>
Total tributos diferido passivo	<u>(262.956)</u>	<u>(184.702)</u>

- (a) Os créditos de prejuízos fiscais são provenientes das controladas CELPA e CEMAR sendo R\$ 169.535 e R\$130.498, respectivamente.
- (b) Em 31 de dezembro de 2017 a CELPA apresentava impostos diferidos sobre Reserva de Reavaliação no montante de R\$ 67.054, e em 30 de setembro de 2018 no montante de R\$ 59.883, cuja redução justifica-se pela realização continua da Reserva de Reavaliação conforme Lei 11.638/2007.

(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias consolidado

Ponta ativa

	30/09/2018	31/12/2017
Provisão para contingências	-	40.679
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	-	108.176
Provisão para participação nos lucros	-	10.725
Depreciação acelerada	-	(94.571)
Provisão fundo de pensão	-	14.693
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	-	(189.698)
SWAP	-	(9.783)
Outras despesas não dedutíveis	<u>-</u>	<u>25.698</u>
Total	<u>-</u>	<u>(94.081)</u>

Ponta passiva

	30/09/2018	31/12/2017
Provisão para contingências	75.235	31.235
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	173.429	37.894
Provisão para participação nos lucros	11.067	-
Tributos com exigibilidade suspensa	-	9.606
Depreciação acelerada	(539.989)	(397.170)
Provisão fundo de pensão	14.694	
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(262.391)	(42.722)
SWAP	(54.005)	2.934
Outras despesas não dedutíveis	<u>30.753</u>	<u>(4.928)</u>
Total	<u>(551.207)</u>	<u>(363.151)</u>

(iii) Composição do IRPJ e CSLL aquisição CELPA

	30/09/2018	31/12/2017
Intangível - mais-valia concessão	(30.714)	(33.322)
Baixa de ativo imobilizado	28.963	31.421
Contingências possíveis	40.703	40.703
Outras contas a pagar - PLPT	9.149	9.149
Total	<u>48.101</u>	<u>47.951</u>

17.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, oriundos das controladas CEMAR e CELPA, possa ser feita até 2021, conforme demonstrado a seguir:

Expectativa de realização CEMAR	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	63.772	62.887	3.839	130.498

A controlada CEMAR não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no período findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 2.046 em 31 de dezembro de 2017 s), pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

Expectativa de realização CELPA	2018	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	17.026	74.372	77.307	830	169.535

A controlada CELPA não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no período findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 8.754 em 31 de dezembro de 2017), pois tem optado pela realização dos benefícios fiscais da depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

Os estudos técnicos de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, são revisados anualmente, foram elaboradas pelas controladas CEMAR e CELPA, examinados pelos respectivos Conselhos Fiscais e aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 07 de março de 2018.

17.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado consolidado, nos períodos findos em 30 de setembro de 2018 e de 2017, está demonstrada conforme a seguir:

Controladora

	30/09/2018		30/09/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	433.709	433.709	491.945	491.945
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	108.427	39.034	122.986	44.275
Adições:				
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	19.766	7.116	12.177	4.384
Outras provisões	2.346	844	3.173	1.142
	22.112	7.960	15.350	5.526
Exclusões:				
Ajuste a valor presente	(91)	(33)	-	-
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(139.982)	(50.393)	(133.226)	(47.961)
Outras provisões	-	-	(95)	(28)
	(140.073)	(50.426)	(133.321)	(47.989)
IRPJ e CSLL	-	-	5.015	1.812
IRPJ e CSLL no resultado do período	-	-	5.015	1.812
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	0%	0%	1%	0%
Ativo/Passivo fiscal diferido	(50)	-	(3.134)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	(50)	-	1.881	1.812
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	0%	0%	0%	0%

Consolidado

	30/09/2018		30/09/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	714.747	714.747	756.836	756.836
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	178.687	64.327	189.209	68.115
Adições:				
Provisão para contingências	55.120	19.843	72.859	21.091
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	193.959	69.825	168.341	58.591
Ajuste a valor presente	7.061	2.542	10.330	2.858
Variação de SWAP	255.777	92.080	47.104	7.286
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	5.273	1.898	7.387	1.880
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	5.539	1.994	7.820	2.815
Provisão para fundo de pensão	10.804	3.889	12.519	3.457
Provisão para participação nos lucros	8.137	2.929	9.155	2.425
Provisão para recuperação de ativos	4.254	1.531	4.253	1.531
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	21.130	7.606	7.543	1.833
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	19.766	7.116	12.177	4.384
Outras provisões	23.764	33.500	29.231	9.045
	<u>610.584</u>	<u>244.753</u>	<u>388.719</u>	<u>117.196</u>
Exclusões:				
Provisão para contingências	(52.718)	(18.924)	(78.669)	(22.012)
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(172.887)	(63.540)	(184.914)	(55.442)
Ajuste a valor presente	(91)	(33)	-	-
Variação de SWAP	(288.293)	(103.785)	(39.963)	(14.652)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(8.354)	(3.004)	(9.725)	(3.501)
Provisão para fundo de pensão	(10.804)	(3.889)	(12.908)	(3.457)
Provisão para participação nos lucros	(7.886)	(2.839)	(10.861)	(2.877)
Provisão para recuperação de ativos	(4.254)	(191)	(531)	(191)
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(47.183)	(16.949)	(25.127)	(6.666)
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(34.965)	(12.587)	(4.307)	(1.550)
Depreciação acelerada	(47.876)	-	(58.755)	-
Outras provisões	(8.192)	(28.075)	(28.382)	(9.167)
	<u>(683.503)</u>	<u>(253.816)</u>	<u>(454.142)</u>	<u>(119.515)</u>
IRPJ e CSLL	<u>105.768</u>	<u>55.264</u>	<u>123.786</u>	<u>65.796</u>
Compensação base negativa de CSLL	-	(4.546)	-	(6.733)
Incentivo - PAT	(2.235)	-	(2.332)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(46)	-	(99)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>103.487</u>	<u>50.718</u>	<u>121.355</u>	<u>59.063</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>14%</u>	<u>7%</u>	<u>16%</u>	<u>8%</u>
Ativo fiscal diferido	76.181	10.476	56.218	3.896
(-) IRPJ subvenção governamental	<u>(96.720)</u>	<u>-</u>	<u>(105.742)</u>	<u>-</u>
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>82.948</u>	<u>61.194</u>	<u>71.831</u>	<u>62.959</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>12%</u>	<u>9%</u>	<u>9%</u>	<u>8%</u>

CEMAR

Em 30 de setembro de 2018, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 90.133 (R\$ 80.020 em 30 de setembro de 2017).

CELPA

Em 30 de setembro de 2018, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro de exploração foi de R\$ 38.827 (R\$ 54.684 em 30 de setembro de 2017).

18 Valores a pagar da recuperação judicial - CELPA

18.1 Composição da dívida

	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		
Credores operacionais (a)	18.437	18.354
Encargos setoriais	-	2.914
Credores financeiros (b)	16.639	1.150
(-) Ajuste a valor presente (c)	-	(13.874)
Total	35.076	8.544
Não circulante		
Credores operacionais	40.084	45.217
Intragrupos	81.300	77.875
Credores financeiros (b)	1.030.777	1.195.598
(-) Ajuste a valor presente (c)	(339.174)	(353.167)
Total	812.987	965.523
Total	848.063	974.067

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da controlada CELPA, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) É o grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a, *Bons* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis. Em 16 de fevereiro de 2018, houve a liquidação antecipada do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no montante de R\$193.382; e
- (c) Em 30 de setembro de 2018, o saldo é composto por: R\$ 301.099 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.875 de credores operacionais, R\$ 24.200 de intragrupos (Em 31 de dezembro de 2017, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 367.041, sendo R\$ 327.833 de empréstimos e financiamentos, R\$ 13.874 de credores operacionais e R\$ 25.334 de intragrupos).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	30/09/2018		31/12/2017	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	35.076	4%	8.544	0,9%
2020	-	0%	107.225	11%
2021	81.039	10%	37.353	4%
Após 2022	1.071.122	126%	1.174.082	121%
Subtotal	1.152.161	136%	1.318.690	135%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(339.174)	(40%)	(353.167)	(36%)
Não circulante	812.987	96%	965.523	99%
Total geral	848.063	100%	974.067	100%

18.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2017	Reclassificação RJ (a)	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 30/09/2018
Credores operacionais	49.697	82	-	-	(5.134)	-	44.645
Encargos setoriais	2.915	-	-	9	(2.924)	-	-
Intragrupo	52.540	-	3.426	-	-	1.134	57.100
Credores financeiros	868.915	-	39.811	13.549	(202.690)	26.733	746.318
Total	974.067	82	43.237	13.558	(210.748)	27.867	848.063

(a) A Companhia reclassificou valores antes apresentados como fornecedor.

19 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Consolidado)

As controladas CEMAR e a CELPA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração das Controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	30/09/2018		31/12/2017	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	135.267	87.364	133.913	87.967
Fiscais	35.363	35.375	27.681	27.469
Trabalhistas	42.783	43.845	42.169	41.375
Regulatórias	8.885	-	8.377	-
PPA CELPA (b)	266.903	-	266.903	-
Total	489.201	166.584	479.043	156.811
Circulante	52.880	6.627	53.954	15.245
Não circulante	436.321	159.957	425.089	141.566

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 43.366 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial da controlada CELPA. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional; e
- (b) O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas da controlada CELPA foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um saldo no montante de R\$ 266.903 em 30 de setembro de 2018 (R\$ 266.903 em 31 de dezembro de 2017).

Movimentação dos processos no período (Consolidado)

	<u>31/12/2017</u>	<u>30/09/2018</u>				
	Saldo	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo
Cíveis	133.913	51.715	(39.790)	(19.625)	9.054	135.267
Fiscais	27.681	7.679	-	-	3	35.363
Trabalhistas	42.169	2.110	(5.388)	(2.183)	6.075	42.783
Regulatórias	8.377	-	-	-	508	8.885
PPA CELPA (a)	<u>266.903</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>266.903</u>
Total	<u>479.043</u>	<u>61.504</u>	<u>(45.178)</u>	<u>(21.808)</u>	<u>15.640</u>	<u>489.201</u>

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais.
- (2) Reversões realizadas no período.
- (3) Atualizações monetárias.
- (a) PPA CELPA - são provenientes de estimativa de valor do desembolso das causas possíveis de acordo com análises do departamento jurídico da controlada CELPA.

Cíveis

As controladas CEMAR e CELPA figuram como rés em 31.448 processos cíveis 30 de setembro de 2018 (27.654 processos em 31 de dezembro de 2017), sendo que 21.705 tramitam em Juizados Especiais (19.846 processos em 31 de dezembro de 2017), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 30 de setembro de 2018 é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 428.554 (R\$ 396.972 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foram constituídas provisões.

Fiscais

As controladas CEMAR e a CELPA figuram como rés em 222 processos fiscais 30 de setembro de 2018 (217 processos em 31 de dezembro de 2017), nenhum avaliado com possibilidade de perda provável.

Em 01 de abril de 2015 entrou em vigor o decreto n. 8.426/2015 que restabeleceu as alíquotas de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Controlada CEMAR entende que esse decreto não somente cometeu violação clara ao princípio da legalidade em matéria tributária, mas também ao princípio da não cumulatividade e ao disposto no art. 195, § 9º e 12, da Constituição Federal. Diante disso a Companhia optou por provisionar e depositar em juízo os valores apurados, no montante de R\$ 35.280 (R\$ 11.046 em 31 de dezembro de 2017).

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 46.439 (R\$ 46.131 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foram constituídas provisões.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista em 30 de setembro de 2018 das Controladas CEMAR e CELPA é composto por 1.816 reclamações ajuizadas (1.698 processos em 31 de dezembro de 2017) por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 62.828 (R\$ 68.579 em 31 de dezembro de 2017) para as quais não foram constituídas provisões.

Regulatórias

O valor a ser provisionado nesse item corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra as controladas CEMAR e na CELPA, provenientes de:

- Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CCEE, quando se tratarem de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica;
- Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), quando se tratarem de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico; e
- Sanções Administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

Os valores de R\$ 5.645 e de R\$ 3.240 correspondem às prováveis penalidades a serem aplicadas contra as controladas CEMAR e CELPA respectivamente, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

20 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Circulante				
Devolução a consumidores (a)	-	-	47.127	50.396
ANEEL - autos de infração	-	-	3.012	3.010
Convênios de arrecadação (b)	-	-	12.992	12.682
Encargos tarifários	-	-	19.251	17.207
Outras apropriações fornecedores (c)	-	-	7.850	15.647
Multas regulatórias	-	-	2.121	1.623
Cauções	-	-	18.490	12.448
Neutralidade PIS/COFINS	-	-	5.303	2.514
Aquisição CELPA (d)	-	-	60.000	60.000
Questionamentos tributários - CCC (e)	-	-	347.548	338.541
Outras contas a pagar (f)	9.305	9.325	48.224	47.007
Total circulante	9.305	9.325	571.918	561.075
Não circulante				
ANEEL - autos de infração (g)	-	-	25.719	26.619
Desvalorização de investimentos permanentes	-	514	-	-
Outras contas a pagar	16.450	16.450	40.016	40.415
Total não circulante	16.450	16.964	65.735	67.034
Total	25.755	26.289	637.653	628.109

- (a) Destina-se a créditos de consumidores das controladas CEMAR e CELPA referentes a devoluções diversas como créditos a pagar violação nível de tensão, pagamentos a maiores, valores faturadas a maiores, cobranças indevidas na fatura;
- (b) Refere-se a remuneração dos serviços prestados pelas controladas CEMAR e CELPA para o setor público referente a arrecadação de CIP - Contribuição de Iluminação Pública;
- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores e terceiros, por conta de execução de serviços técnicos, ou de alienações que as controladas CEMAR e CELPA irão realizar;
- (d) Refere-se a saldo a ser restituído referente ao Programa Luz Para Todos. O valor do ajuste foi estimado pela Administração da Empresa quando da aquisição da controlada CELPA;
- (e) Refere-se a questionamentos tributários da controlada CELPA a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo em 30 de junho de 2018 deve-se, basicamente, à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS. Existem valores a receber no qual seus recebimentos deverão ser finalizados após conclusão da fiscalização que está em curso;
- (f) Em 30 de setembro de 2018 o montante tem como principais saldos as operações com as controladas: i) R\$ 24.934 referente a provisões de despesa da controlada CELPA; e ii) R\$ 8.785 referente a outros valores diversos a pagar. Adicionalmente a Companhia Equatorial Energia possui obrigações em seu contrato de compra e venda de ações e outras avenças da aquisição da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA (vide nota 12); e
- (g) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias da controlada CELPA inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2018 é de R\$ 2.375.354 (R\$ 2.227.021 em 31 de dezembro de 2017) e sua composição por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	ON	%
Squadra Investimentos	29.215.020	14,70%
Opportunity	19.526.839	9,82%
BlackRock	11.459.825	5,77%
Administradores	606.253	0,31%
Demais minoritários	137.961.780	69,40%
Total	198.769.717	100%

Não houve mudanças na quantidade de ações no período corrente em relação ao exercício anterior. Não há ações mantidas pela Companhia em tesouraria.

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 300.000 (trezentos milhões) de ações, mediante a emissão de novas ações ordinárias. Dentro do limite de capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a sociedade sob seu controle, desde que esta não tenha o condão de possibilitar a alteração do controle da Companhia.

A Companhia é listada no segmento do Novo Mercado da B3, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

22 Plano de opção de compra de ações

Quarto plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,0% (três por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia (incluindo as ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Mais detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que o aprovou, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Preço de exercício das opções

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação, no período de até 180 dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a data de Outorga e a data do exercício das Opções.

Beneficiários

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano.

Em 21 de julho de 2014, o Comitê de Administração do Plano outorgou 4.225.000 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil) Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) por Opção.

Potencial de diluição

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a 3%, no máximo.

23 Receita operacional (Consolidado)

Em 30 de setembro de 2018 e 2017, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

30/09/2018			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	3.160.262	3.767.094	3.776.437
Industrial	11.712	603.530	413.771
Comercial	325.398	1.896.686	1.515.991
Rural	229.875	345.731	187.711
Poder público	43.246	669.440	540.629
Iluminação pública	1.651	701.053	326.290
Serviço público	8.890	421.615	176.134
Consumo próprio	545	20.760	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	282	1.219.690	171.384
Suprimento CCEE	-	-	517.397
Baixa renda	1.318.088	1.323.350	291.118
Subvenção CDE - Outros	-	-	199.876
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(46.367)
Receita de construção	-	-	1.171.790
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	524.460
Atualização do ativo financeiro	-	-	119.223
Outras	-	-	478.482
Total	5.099.949	10.968.949	10.364.326
30/09/2017 ³			
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	4.356.036	5.072.552	3.385.886
Industrial	12.160	1.454.679	393.094
Comercial	335.988	2.283.415	1.460.131
Rural	219.242	334.707	162.939
Poder público	42.600	667.483	511.462
Iluminação pública	1.604	662.651	278.936
Serviço público	8.828	402.092	129.733
Consumo próprio	532	18.839	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	111.543
Suprimento CCEE	-	-	36.938
Baixa renda	-	-	269.309
Subvenção CDE - Outros	-	-	180.480
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	(37.276)
Receita de construção	-	-	927.972
Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros	-	-	606.442
Atualização do ativo financeiro	-	-	56.768
Outras	-	-	383.271
Total	4.976.990	10.896.418	8.857.628

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

³ Para melhor forma de apresentação e comparação com o período atual a Companhia classificou nº. de consumidores e MWh da classe baixa renda e receita pela disponibilidade – uso da rede.

24 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	30/09/2018	30/09/2017
Fornecimento de energia elétrica	8.174.116	7.341.136
Receita de distribuição	7.193.281	6.331.199
Remuneração financeira WACC	256.499	223.015
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	524.460	606.442
Subvenção CDE - Outros	199.876	180.480
Suprimento de energia elétrica (b)	517.397	36.938
Receita pela disponibilidade - uso da rede	171.384	111.543
Receita de construção (c)	1.171.790	927.972
Atualização do ativo financeiro	119.223	56.768
Outras receitas	210.416	383.271
Receita operacional bruta	10.364.326	8.857.628
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.531.350)	(1.372.128)
PIS e COFINS	(801.136)	(665.056)
Encargos do consumidor	(64.202)	(56.931)
ISS	(6.951)	(1.339)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(460.385)	(409.542)
Penalidades DIF/FIC e outras	(25.571)	-
Outros	(4.677)	(5.645)
Deduções da receita operacional	(2.894.272)	(2.510.641)
Receita operacional líquida	7.470.054	6.346.987

- (a) Compreende os custos relacionados aos encargos setoriais, definidos em legislação específica, às atividades de transmissão e às de geração de energia elétrica, inclusive a geração própria. A redução se deu pela sobrecontratação de energia relacionada ao volume comercializado no mercado de curto prazo - MCP, bem como a diferença entre o preço médio de compra e o PLD liquidação. Adicionalmente, no trimestre de 2018 houve pagamento Energia de Reserva o que não aconteceu em 2017;
- (b) A variação apresentada é em virtude das operações de venda de energia no mercado de curto prazo - MCP e do preço de liquidação das diferenças - PLD. No período findo em 30 de setembro de 2018 o PLD atingiu o patamar de R\$ 473,58 (R\$ 521,83 em 30 de setembro de 2017) elevando os custos de curto prazo. Adicionalmente no ano de 2018 houve uma elevação da receita em virtude do efeito das recontabilizações do MCSd de energia nova; e
- (c) A receita de construção dos ativos da concessão sofreu um acréscimo em comparação com o período anterior em função da inclusão das oito novas empresas transmissoras do grupo.

25 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

30/09/2018				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	107.773	40.094	133.734	281.601
Material	19.407	2.705	387	22.499
Serviços de terceiros	166.181	200.075	129.615	495.871
Energia elétrica comprada para revenda	3.457.683	-	-	3.457.683
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	453.573	-	-	453.573
Custo de construção	1.140.039	-	-	1.140.039
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	188.376	-	188.376
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	-	-	34.821	34.821
Amortização	260.424	-	55.838	316.262
Arrendamento e aluguéis	14.639	3.678	3.927	22.244
Subvenção CCC	86.841	-	-	86.841
Outros	1.857	2.010	(2.438)	1.429
Total	5.708.417	436.938	355.884	6.501.239

30/09/2017				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	Total
Pessoal	57.760	39.020	161.107	257.887
Material	11.634	3.498	1.042	16.174
Serviços de terceiros	152.948	188.308	150.225	491.481
Energia elétrica comprada para revenda	2.810.542	-	-	2.810.542
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	254.013	-	-	254.013
Custo de construção	927.972	-	-	927.972
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber e perdas com clientes comerciais	-	216.946	-	216.946
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	-	-	33.607	33.607
Amortização	195.682	-	90.346	286.028
Arrendamento e aluguéis	13.278	3.575	3.427	20.280
Subvenção CCC	68.975	-	-	68.975
Outros	(878)	(5.979)	6.542	(315)
Total	4.491.926	445.368	446.296	5.383.590

26 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	GWh(*)		R\$	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Energia de leilão (a)	9.748	8.665	2.321.579	1.670.393
Contratos Eletronuclear	362	363	90.110	82.320
Contratos cotas de garantias	3.522	4.158	316.741	253.711
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	-	(2.216)	(35.153)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	-	780.085	893.637
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	244	250	79.268	76.364
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	-	453.573	254.013
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(347.363)	(283.916)
Outros custos	-	-	219.479	153.186
Total	<u>13.876</u>	<u>13.436</u>	<u>3.911.256</u>	<u>3.064.555</u>

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

- (a) Para o período findo em 30 de setembro de 2018 a variação, refere-se ao custo com os contratos de energia que tiveram aumento de volume contrato em relação a 2017, apresentou um preço médio pago maior em 14% e 13,41%, nas controladas CEMAR e CELPA respectivamente. Portanto, os contratos novos que iniciaram o suprimento em 2018, assim como a atualização das tarifas pelo IPCA dos contratos vigentes, resultaram nesse aumento do custo com a compra de energia dos leilões;
- (b) Em 2017, a cobertura tarifária (RTA de agosto de 2016), para pagamentos do ESS foi superior a cobertura atual (RTP de 2017) de pagamento do referido encargo. Aliado a esse fato, Em 2018 a Companhia efetuou o pagamento de Energia de Reserva, no montante de R\$18 Milhões, o que não aconteceu em 2017;
- (c) A variação ocorrida na Energia de Curto Prazo - CCEE é em virtude das operações de venda de energia no MCP e do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, o que não ocorreu em 2017; e
- (d) O saldo sofreu acréscimo no período atual em virtude da inclusão de uma parcela referente a indenizações devidas as empresas de transmissão de energia. Estas indenizações referem-se a investimentos antigos, realizados antes do ano 2000, mas que ainda não haviam sido completamente amortizados. Ao aceitarem a renovação antecipada das concessões, por meio da Medida Provisória (MP) nº 579/2012, as transmissoras garantiram direito à indenização, gerando aumento médio das tarifas de transmissão em 74,74%, conforme valores considerados na Receita Anual Permitida (RAP) da Resolução Homologatória nº 2258/2017, publicada em 30/06/2017.

27 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2018	30/09/2017	30/09/2018	30/09/2017
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	50.883	38.869	178.706	217.117
Valores a receber/devolver parcela A	-	-	56.509	45.009
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	406.832	-
Acréscimo moratório de energia vendida	-	-	157.475	139.749
Receita financeira de AVP	362	362	-	-
Variação monetária e cambial da dívida (b)	-	-	-	30.039
Variação monetária e cambial da caução STN ⁴	-	-	20.338	4.992
PIS/COFINS sobre receita financeira	(2.394)	(2.261)	(17.416)	(18.669)
Atualização sub-rogação CCC	-	-	1.038	-
Descontos obtidos	-	-	372	787
Juros ativos	-	-	77	44
Outras receitas financeiras	609	8.984	4.111	5.611
Total de receitas financeiras	49.460	45.954	808.042	424.679
Despesas financeiras				
Valores a receber/devolver parcela A	-	-	(41.535)	(26.938)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (a)	-	-	(293.184)	(73.485)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	(3.518)	-	(272.155)	(59.722)
Variação monetária e cambial da Caução STN	-	-	(7.878)	-
Encargos da dívida	(63.226)	-	(351.128)	(283.733)
Atualização de eficiência e contingências	-	-	(17.272)	(33.268)
Multas regulatórias	-	-	(258)	(3.947)
Despesa financeira de AVP	-	-	(28.487)	(31.391)
Juros, multas s/ operação de energia	-	-	(232)	(2.687)
Juros passivos	-	-	(22.058)	(20.549)
Descontos concedidos	-	-	(9.842)	(4.011)
Outras despesas financeiras	(1.287)	(5.909)	(18.606)	(18.781)
Total de despesas financeiras	(68.031)	(5.909)	(1.062.635)	(558.512)
Resultado financeiro líquido	(18.571)	40.045	(254.593)	(133.833)

- (a) Refere-se principalmente à contratação de operações de *swap*, que trocam Dólar+spread por CDI+spread, onde a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No período findo de 30 de setembro de 2018 o principal efeito refere-se à variação cambial com o aumento do dólar em 21,04%, saindo de R\$3,31 em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,00 em 30 de setembro de 2018, contra uma despesa em 2017 com leve crescimento do dólar em 2,80% saindo de R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016 para R\$3,17 em 30 de setembro de 2018; e
- (b) Efeito gerado pelo crescimento da dívida bruta em moeda estrangeira de R\$ 390.000 e em moeda nacional de R\$ 1.000.000, crescimento da inflação (IPCA e IGP-M) e avanço do dólar de 21,04% em 2018, ante a uma retração de 2,80% no mesmo período de 2017.

⁴ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia reclassificou valores de “Variação monetária e cambial da caução STN” que estavam na rubrica “Variação monetária e cambial da dívida”.

28 Instrumentos financeiros

28.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado⁵ (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

28.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia e suas controladas utilizam operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo.

28.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros das Controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

⁵ O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão identificados conforme a seguir:

Controladora

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2018		31/12/2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	27.230	27.230	56.503	56.503
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	Valor justo por meio do resultado	1.737.584	1.737.584	1.191.335	1.191.335
Total do ativo		1.764.814	1.764.814	1.247.838	1.247.838

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2018		31/12/2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	1.667	1.667	1.178	1.178
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.147.081	1.152.100	310.447	310.447
Debêntures	Custo amortizado	824.056	842.483	803.464	816.486
Total do passivo		1.972.804	1.996.250	1.115.089	1.128.111

Consolidado

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2018		31/12/2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	433.867	433.867	565.164	565.164
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	Valor justo por meio do resultado	4.319.747	4.319.747	3.607.310	3.607.310
Investimentos de curto prazo	Valor justo por meio do resultado	-	-	919	919
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	3.143.890	3.143.890	3.052.909	3.052.909
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	180.355	180.355	48.720	48.720
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	Valor justo por meio do resultado	27.720	27.720	8.466	8.466
Ativo financeiro da concessão - Transmissão ⁶	Custo amortizado	534.538	534.538	152.919	152.919
Ativo financeiro de concessão - Distribuidoras ⁷	Valor justo por meio do resultado	3.424.121	3.424.121	3.071.703	3.071.703
Total do ativo		12.064.238	12.064.238	10.508.110	10.508.110

⁶ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o período atual, a Companhia segregou os valores do Ativo Financeiro da Concessão em duas linhas “Transmissão” e “Distribuidoras”.

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	30/09/2018		31/12/2017	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Custo amortizado	1.128.892	1.128.892	1.185.038	1.185.038
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	4.569.550	4.557.098	3.963.243	3.978.750
	Valor justo por meio do resultado	21.516	21.516	19.946	19.946
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	848.063	848.063	974.067	986.203
Valores a pagar da recuperação judicial	Custo amortizado	3.727.893	3.801.556	3.006.998	3.080.650
Debêntures					
Total do passivo		10.295.914	10.357.125	9.149.292	9.250.587

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como custo amortizado. O saldo de caixa e bancos tem nível 1 na hierarquia de valor justo, enquanto o saldo de aplicação financeira, considerada como caixa e equivalente, tem nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Investimentos de curto prazo e Fundo de investimento** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Contas a receber de clientes** - decorrem diretamente das operações das controladas, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** - são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os ativos financeiros das operações de transmissão são classificados como custo amortizado, enquanto o ativo financeiro das operações de distribuição são classificados como valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento das controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Valores a pagar da recuperação judicial** - decorrente do plano de recuperação judicial da controlada CELPA que são classificados como passivo ao custo amortizado. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como passivo ao custo amortizado e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

28.4 Instrumentos financeiros derivativos

A controladas CEMAR e CELPA possuem *swap* com os bancos Itaú, Citibank e Santander referentes às operações em moeda estrangeira.

A CELPA possui *swap* com o banco Citibank referente às operações em moeda estrangeira, com seu vencimento em 19 de abril de 2021. Em 30 de setembro de 2018, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 1.120.983 (Em 31 de dezembro de 2017, os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira do banco Citibank é R\$ 582.701).

A CEMAR, em 30 de setembro de 2018, não possui *swap* e as suas últimas operações foram concluídas com os bancos Itaú e Santander respectivamente em 23 de outubro de 2017 e 10 de outubro de 2017.

De acordo com o CPC 40(R1) os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, que podem ser assim resumidos:

CELPA

Operações passivas

		Valor justo	
Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	30/09/2018	31/12/2017
Citibank - 542 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 1,39% a.a.	724.902	599.963
Ponta passiva	117,25% do CDI	(566.235)	(571.189)
Total		<u>158.667</u>	<u>28.774</u>
Citibank - 390 MM			
Ponta ativa	US\$ + Libor + 0,84% a.a.	407.988	-
Ponta passiva	111,8% do CDI	(407.816)	-
Total		<u>172</u>	<u>-</u>
Líquido Não circulante		180.355	48.720
Líquido Circulante		(21.516)	(19.946)
Total		<u>158.839</u>	<u>28.774</u>

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

28.5 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

Os Conselhos de Administração das controladas CEMAR e CELPA têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. As controladas CEMAR e CELPA através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais as mesmas estão expostas. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o período de 30 de setembro de 2018 não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco da Companhia em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2017.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia e suas controladas em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes, constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia e suas controladas. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente *workshop* de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no *workshop*. A Companhia e suas controladas utilizam todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia e suas controladas selecionam apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia e suas controladas preservam seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Companhia possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito, dentre os quais alienação fiduciária e percentual de recebíveis sobre a receita operacional líquida.

Contas a receber

A exposição da Companhia e suas controladas a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento do mercado e do Estado no qual os clientes estão localizados. Tendo em vista a atividade da Companhia e suas controladas, não há uma concentração relevante da receita em um grupo específico da carteira de clientes.

A Companhia e suas controladas limitam as suas exposições ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de acordo com a classe consumidora, e após transcorrido esse prazo, o fornecimento de energia fica sujeito a corte, e o seu restabelecimento somente ocorre após regularização do débito.

A carteira de clientes das controladas CEMAR e CELPA estão representadas da seguinte forma:

	%	
Classe consumidora (CEMAR e CELPA)	30/09/2018	31/12/2017
Residencial	60,47%	60,39%
Industrial	5,78%	6,29%
Comercial	14,03%	14,61%
Rural	3,85%	3,67%
Poder público	8,75%	9,22%
Iluminação pública	2,40%	2,35%
Serviço público	4,72%	3,46%
Total	100%	100%

A controladas CELPA e CEMAR registraram uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota 6.2, incluindo o movimento na provisão para perdas por redução ao valor recuperável durante o período.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito para Contas a receber de clientes, das controladas CEMAR e CELPA, por classe consumidora estava assim apresentada:

30 de setembro de 2018					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	727.797	196.153	1.107.507	69.956	2.101.413
Industrial	131.052	13.615	56.301	-	200.968
Comercial	268.573	65.897	152.985	-	487.455
Rural	71.121	9.494	53.016	-	133.631
Poder público	152.849	35.944	115.466	-	304.259
Iluminação pública	48.526	489	34.308	-	83.323
Serviço público	85.432	16.455	62.348	-	164.235
Total	1.485.350	338.047	1.581.931	69.956	3.475.284

31 de dezembro de 2017					
Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Baixa renda e viva luz	Total
Residencial	796.107	168.124	961.047	85.704	2.010.982
Industrial	140.565	13.765	55.205	-	209.535
Comercial	285.132	59.298	142.150	-	486.580
Rural	71.687	7.671	42.968	-	122.326
Poder público	162.043	30.122	114.811	-	306.976
Iluminação pública	47.116	441	30.572	-	78.129
Serviço público	54.026	13.556	47.727	-	115.309
Total	1.556.676	292.977	1.394.480	85.704	3.329.837

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado de R\$ 1.764.814 e R\$ 4.753.614, respectivamente, em 30 de setembro de 2018 (R\$ 1.247.838 e R\$ 4.172.474, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado na agência de *rating*.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas 15 (Empréstimos e financiamentos) e 16 (Debêntures).

A Companhia e suas controladas tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia e suas controladas estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 2,5 em 30 de setembro de 2018 (3,9 em 31 de dezembro de 2017).

Exposição ao risco de liquidez consolidado

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira consolidada. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado						
30/09/2018						
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos bancários com garantia	2.895.984	50.258	365.293	1.113.344	1.278.761	88.328
Empréstimos bancários sem garantia	1.147.763	(185)	1.147.876	72	-	-
Títulos de dívida emitidos sem garantia	525.803	(53)	26.289	499.568	-	-
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	4.569.550	50.020	1.539.458	1.612.984	1.278.761	88.328
Títulos de dívida emitidos sem garantia	3.539.318	142.443	158.872	271.997	2.723.485	242.522
Títulos de dívida emitidos com garantia	188.575	-	-	188.575	-	-
Subtotal - Debêntures	3.727.893	142.443	158.872	460.572	2.723.485	242.522
Empréstimos bancários sem garantia	848.063	1.131	33.946	(43.779)	31.934	824.832
Subtotal - Demais passivos financeiros não derivativos	848.063	1.131	33.946	(43.779)	31.934	824.832
Fornecedores	1.128.892	1.096.613	32.279	-	-	-
Total	10.274.398	1.290.207	1.764.555	2.029.777	4.034.180	1.155.682
Passivos financeiros derivativos						
Swaps de taxas de juros utilizados para <i>hedging</i>	98.334	(2.364)	(24.513)	(10.164)	135.376	-
Total	98.334	(2.364)	(24.513)	(10.164)	135.376	-

Os fluxos de entradas/ (saídas), divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas 15 e 16, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia e suas controladas liquidem a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia e suas controladas.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar contabilidade de *Swap* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade das suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição de suas controladas ao câmbio é de 0,6% na CEMAR e 24,7% na CELPA (0,4% e 24,58% respectivamente em 31 de dezembro de 2017). As controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. No período findo em 30 de setembro de 2018 a Companhia não possui dívida em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Controlada CEMAR possui uma dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da mesma e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor	6	3,4%	abr/24	5,7	0,3%
Pré fixado	9	6,0%	abr/24	4,7	0,4%
Moeda estrangeira	15	4,9%	-	5,1	0,6%
IGP-M	115	14,4%	dez/23	2,9	4,7%
TJLP	356	9,5%	jun/22	2,2	14,5%
PRÉ-FIXADO	135	5,3%	ago/22	2,1	5,5%
SELIC	193	9,6%	mar/24	2,8	7,9%
CDI	1.166	7,14%	ago/21	2,8	47,4%
IPCA	478	9,2%	nov/21	2,8	19,5%
Moeda nacional	2.443	8,3%	-	2,7	99,4%
Total	2.458	13%	-	7,8	100%

A CELPA possui duas dívidas em moeda estrangeira, sendo que uma delas, que representa 93,7% da exposição cambial, possuem *SWAP* para proteção contra as oscilações de câmbio. E a outra que possui uma Caução para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global da Companhia e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Indexador	R\$ MM	Custo médio (a.a.)	Prazo final médio (mês/ano)	Prazo médio (em anos)	Part. (%)
Libor Semestral	31	3,6%	abr/24	5,6	0,8%
Libor Trimestral	1.121	2,8%	jan/22	1,3	29,3%
Pré-fixado	45	6,2%	abr/24	5,5	1,2%
Moeda estrangeira	1.197	2,9%	-	4,8	31,2%
CDI	1.291	3,9%	dez/22	4,2	33,7%
Pré-fixado	503	10,3%	ago/32	12,0	13,2%
RGR	4	6,0%	abr/22	1,8	0,1%
IGP-M	260	11,1%	set/34	15,3	6,8%
FINISA	34	6,0%	jun/27	4,5	0,9%
IPCA	538	12,3%	mai/22	3,3	14,1%
Moeda nacional	2.630	7,6%	-	6,2	68,8%
Total	3.827	6,1%	-	5,8	100%

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 30 de junho de 2018 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

		Risco do fluxo de caixa à variação cambial					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos	USD	1.211.761	1.114.063	1.417.003	1.722.973	811.123	508.182
Impacto no resultado			(97.698)	205.242	511.212	(400.638)	(703.579)
Referência para passivos financeiros			Taxa em 30/09/2018	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)			4,00	5,00	6,01	3,00	2,00

Fonte: Santander

(v) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento conforme mencionados nas notas explicativas 15 (Empréstimos e financiamentos) e 16 (Debêntures).

Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial da Controlada CELPA, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(vi) Risco de taxa de juros

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia e suas controladas. A seguir demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2017 (Cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

			Controladora				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros				
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.764.556	1.896.354	1.927.013	1.957.673	1.865.694	1.835.035
Impacto no resultado			131.798	162.457	193.117	101.138	70.479
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(1.863.836)	(2.003.049)	(2.035.434)	(2.067.818)	(1.970.665)	(1.938.280)
	IPCA	(113.163)	(118.314)	(119.546)	(120.778)	(117.083)	(115.851)
Impacto no resultado			(144.365)	(177.981)	(211.597)	(110.749)	(77.132)
Efeito líquido no resultado			<u>(12.567)</u>	<u>(15.524)</u>	<u>(18.481)</u>	<u>(9.610)</u>	<u>(6.653)</u>

		Consolidado					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros					
Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	4.673.151	5.024.950	5.106.191	5.187.433	4.943.709	4.862.468
Impacto no resultado			349.046	430.243	511.439	267.849	186.652
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(4.507.600)	(4.844.281)	(4.957.720)	(5.036.640)	(4.799.880)	(4.720.960)
	SELIC	(193.059)	(207.854)	(213.134)	(216.602)	(206.199)	(202.731)
	TJLP	(355.665)	(379.139)	(384.213)	(389.712)	(373.216)	(367.717)
	IGP-M	(374.826)	(396.319)	(386.548)	(391.432)	(376.782)	(371.899)
	IPCA	(1.129.712)	(1.181.141)	(1.206.804)	(1.219.245)	(1.181.921)	(1.169.479)
Impacto no resultado			(447.872)	(587.558)	(692.769)	(377.135)	(271.924)
Efeito líquido no resultado			<u>(98.826)</u>	<u>(157.315)</u>	<u>(181.329)</u>	<u>(109.286)</u>	<u>(85.272)</u>
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa em 30/09/2018	25%	50%	-25%	-25%
CDI (% 12 meses)			6,65	9,34	11,20	5,60	3,73
SELIC (% 12 meses)			6,66	9,58	11,50	5,75	3,83
TJLP (% 12 meses)			6,73	8,25	9,90	4,95	3,30
IGP-M (% 12 meses)			10,04	7,17	8,60	4,30	2,87
IPCA (% 12 meses)			3,34	5,69	6,83	3,41	2,28

Fonte: Santander

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá as controladas CEMAR e CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta ao critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

28.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA
- Dívida Líquida/ (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo/Dívida Total

No período findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia e suas controladas atingiram níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

29 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das controladas CEMAR e CELPA são os seguintes:

CEMAR

	Vigência	2018	2019	2020	Após 2020*
Energia contratada (em R\$)	2018 a 2032	377.568	1.715.469	1.831.617	40.152.462
Energia contratada (em MhW)		1.992.761	7.760.674	7.995.168	121.606.313

(*) estimado 12 anos após 2020.

CELPA

	Vigência	2018	2019	2020	Após 2020 *
Energia contratada (R\$)	2018 a 2032	582.197	2.518.243	2.709.447	55.746.767
Energia contratada (MhW)		2.993.503	11.531.898	12.030.913	183.794.516

(*) estimado 12 anos após 2020.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

30 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Transmissão, Serviços, Comercialização e Administração central e outros.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 30 de junho de 2018 (30 de junho de 2017 apenas o resultado do período comparativo) e 31 de dezembro de 2017, são as seguintes:

30/09/2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos operacionais	15.356.272	8.010.113	1.440.776	196.115	(5.604.221)	19.399.055
Passivo operacionais	<u>10.226.676</u>	<u>2.267.693</u>	<u>909.024</u>	<u>85.369</u>	<u>(342.517)</u>	<u>13.146.245</u>
31/12/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos operacionais	15.170.406	6.187.777	296.974	197.606	(4.364.311)	17.488.452
Passivo operacionais	<u>10.406.379</u>	<u>1.402.207</u>	<u>94.638</u>	<u>90.563</u>	<u>(253.439)</u>	<u>11.740.348</u>
30/09/2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	6.785.098	-	349.864	335.092	-	7.470.054
Custos e despesas operacionais	<u>(5.890.561)</u>	<u>(46.839)</u>	<u>(311.858)</u>	<u>(311.048)</u>	<u>-</u>	<u>(6.560.306)</u>
Resultado oper. antes do resultado financeiro	894.537	(46.839)	38.006	24.044	-	909.748
Resultado financeiro	(235.228)	(18.515)	(4.060)	3.210	-	(254.593)
Resultado de participações societárias	-	59.591	-	-	-	59.591
Imposto de renda e contribuição social	<u>(122.621)</u>	<u>-</u>	<u>(12.567)</u>	<u>(8.954)</u>	<u>-</u>	<u>(144.142)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>536.688</u>	<u>(5.763)</u>	<u>21.379</u>	<u>18.300</u>	<u>-</u>	<u>570.604</u>
30/09/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	6.078.377	-	9.923	258.687	-	6.346.987
Custos e despesas operacionais	<u>(5.201.870)</u>	<u>(37.763)</u>	<u>(9.710)</u>	<u>(224.278)</u>	<u>-</u>	<u>(5.473.621)</u>
Resultado oper. antes do resultado financeiro	876.507	(37.763)	213	34.409	-	873.366
Resultado financeiro	(178.171)	40.046	(171)	4.463	-	(133.833)
Resultado de participações societárias	-	17.303	-	-	-	17.303
Imposto de renda e contribuição social	<u>(116.620)</u>	<u>(3.704)</u>	<u>-</u>	<u>(14.466)</u>	<u>-</u>	<u>(134.790)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do período	<u>581.716</u>	<u>15.882</u>	<u>42</u>	<u>24.406</u>	<u>-</u>	<u>622.046</u>

30.1 Receitas e despesas de juros por segmento

30/09/2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita de juros	157.475	-	-	-	-	157.475
Despesa de juros	(490)	(8)	-	-	-	(498)
Total	156.985	(8)-	-	-	-	156.977

30/09/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Receita de juros	139.749	-	-	-	-	139.749
Despesa de juros	(67)	-	-	-	-	(67)
Total	139.682	-	-	-	-	139.682

30.2 Receita operacional por segmento

30/09/2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Suprimento (venda) de energia elétrica	517.397	-	-	-	-	517.397
Fornecimento de energia elétrica	7.427.958	-	-	268.066	-	7.696.024
CVA e outros itens financeiros	478.094	-	-	-	-	478.094
Receita de construção	828.518	-	343.272	-	-	1.171.790
Outras receitas	350.076	-	38.343	112.602	-	501.021
Total da receita bruta	9.602.043	-	381.615	380.668	-	10.364.326

30/09/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Suprimento (venda) de energia elétrica	36.938	-	-	-	-	36.938
Fornecimento de energia elétrica	6.734.695	-	-	197.388	-	6.932.083
CVA e outros itens financeiros	606.442	-	-	-	-	606.442
Receita de construção	918.289	-	9.683	-	-	927.972
Outras receitas	254.997	-	240	98.956	-	354.193
Total da receita bruta	8.551.361	-	9.923	296.344	-	8.857.628

30.3 Adição a ativos não circulantes por segmento

30/09/2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativo financeiro da concessão	376.338	-	343.276	-	-	719.614
Intangível	831.837	610	-	867	-	833.314
Total	1.208.175	610	343.276	867	-	1.552.928
31/12/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativo financeiro da concessão	555.116	-	151.077	-	-	706.193
Intangível	1.290.421	1.236	7.703	678	-	1.300.038
Total	1.845.537	1.236	158.780	678	-	2.006.231

30.4 Ativos não circulantes por segmento

30/09/2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos não circulantes						
Ativo financeiro da concessão	3.424.121	-	534.538	-	-	3.958.659
Imobilizado		3.466	-	9.121		12.587
Intangível	4.661.990	1.824	7.279	2.170	179.564	4.852.827
Total	8.086.111	5.290	541.817	11.291	179.564	8.824.073
31/12/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Ativos não circulantes						
Ativo financeiro da concessão	3.071.703	-	152.919	-	-	3.224.622
Imobilizado	-	3.076	-	8.821	-	11.897
Intangível	4.733.584	-	7.615	1.325	187.086	4.929.610
Total	7.805.287	3.076	160.534	10.146	187.086	8.166.129

30.5 Itens não-caixa por segmento

30/09/2018						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Amortização	(315.675)	(5)	(337)	(245)	-	(316.262)
Atualização do ativo financeiro	80.880	-	38.343	-	-	119.223
Total	(234.795)	(5)	38.006	(245)	-	(197.039)
30/09/2017						
	Distribuição	Administração	Transmissão	Serviços e Comercialização	Eliminações	Total
Amortização	(285.776)	(5)	(27)	(220)	-	(286.028)
Atualização do ativo financeiro	56.528	-	240	-	-	56.768
Total	(229.248)	(5)	213	(220)	-	(229.260)

30.6 Segmento geográfico

(a) Receita operacional Distribuição

	30/09/2018		30/09/2017	
	Maranhão	Pará	Maranhão	Pará
Receita operacional líquida	2.776.239	4.008.859	2.408.356	3.670.021

(b) Ativos não circulantes Distribuição

	30/09/2018		31/12/2017	
	Maranhão	Pará	Maranhão	Pará
Ativo financeiro da concessão	1.442.630	1.981.491	1.294.726	1.776.977
Intangível	1.897.392	2.753.113	1.958.916	2.774.668
Total	3.340.022	4.734.604	3.253.642	4.551.645

31 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e por suas controladas CEMAR e CELPA, está demonstrada conforme a seguir:

Equatorial

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
D&O Geral	31/12/2018	30.000

CEMAR

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2018	309.833
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2018	7.000
Riscos diversos	29/12/2018	1.095
Seguro garantia judicial	(a)	116.815
Seguro garantia leilão de energia	(b)	213
Automóvel	31/12/2018	(c)

- (a) Apólices vigentes até 2023;
(b) Apólices vigentes até 2019; e
(c) 115 veículos próprios segurados.

CELPA

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2018	327.359
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2018	7.000
Seguro garantia judicial	(a)	211.902
Seguro garantia leilão de energia	(b)	143
Automóvel	31/12/2018	(c)

- (a) Apólices vigentes até de 2023.
(b) Apólices vigentes até de 2019; e
(c) 60 veículos próprios.

A controladas CEMAR e CELPA adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros das controladas são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

32 Eventos subsequentes

CEPISA

Em 26 de julho de 2018, a Companhia sagrou-se vencedora no procedimento licitatório na modalidade de leilão ("Leilão"), realizado na forma do edital de leilão nº 2/2018-PPI/PND ("Edital"), para a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica associada à transferência do controle acionário da distribuidora de energia elétrica Companhia Energética do Piauí - CEPISA.

A Companhia ofertou no Leilão o índice 119,00, o qual foi o maior índice combinado de deságio na flexibilização regulatória e outorga.

Desde que verificadas as condicionantes previstas no Edital, na data do fechamento, a Companhia adquirirá aproximadamente 89,94% do capital social total e votante da CEPISA, em contrapartida ao pagamento de R\$ 45.521,52 (quarenta e cinco mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e dois centavos) à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"). Além da compra da participação acionária, a Companhia também celebrará acordo de acionistas com a Eletrobras e contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica (nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013) com a União ("Operação").

Adicionalmente, de acordo com os termos do edital, a Companhia deverá adquirir eventuais sobras das 74.790.616 ações ordinárias e 3.582.784 ações preferenciais da CEPISA, representativas de aproximadamente 10,06%, que serão ofertadas aos empregados e aposentados da CEPISA.

A Companhia se comprometeu ainda a aportar cerca de R\$ 720.000 na Companhia Energética do Piauí. Além disso, será assegurado à Eletrobras o direito de, dentro de 6 meses a contar da data de liquidação da operação, realizar um aumento de capital de forma a aumentar a sua participação societária em até 30% no capital social total da CEPISA.

Em 17 de outubro de 2018, a Companhia assumiu oficialmente o controle da distribuidora de energia do Piauí, a CEPISA.

OBTENÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DAS SPES 1, 2 E 3

Em 01 de novembro de 2018 a Equatorial Energia obteve a Licença de Instalação ("LI") do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para seus projetos de linha de transmissão dos lotes 8, 9 e 12, conjuntamente, do leilão realizado em outubro de 2016.

Os lotes 08, 09 e 12 compõem o Bloco 2, com Receita Anual Permitida estimada pela Aneel (base: set/2018) de R\$ 271 milhões e investimento de R\$ 1.580 milhões.

Em junho, foi celebrado o Contrato de Financiamento entre as SPEs 1, 2 e 3 ("Lotes 08, 09 e 12") e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), para abertura de crédito no valor total de R\$ 1.121 milhões (um bilhão e cento e vinte e um milhões de reais), providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste ("FNE"), correspondendo a pouco mais de 70% do investimento previsto pela ANEEL para estes lotes.

INTESA

Liquidação da 1ª Emissão de Debêntures ocorrido em 01/11/18.

Em 01 de novembro de 2018 a INTESA liquidou a 1ª emissão de debêntures no valor de R\$ 200.000.000, (duzentos milhões de reais), com o prazo de 84 meses, em duas séries sendo: a 1ª Série no valor de R\$ 100.000.000, (cem milhões de reais) com remuneração de IPCA + 5,4174% e destinação dos recursos ao custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas ao Projeto; a 2ª Série no valor de R\$ 100.000.000, (cem milhões de reais) com remuneração de CDI + 2,20% e destinação dos recursos para realização da liquidação antecipada do Contrato de Financiamento Mediante a Abertura de Crédito nº07.2.0333.1 firmado entre a Emissora e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico - BNDES.

EQUATORIAL ENERGIA

Liquidação da 3ª Emissão de Debêntures ocorrido em 04/10/18.

Em 04 de outubro de 2018 a Equatorial Energia liquidou a 3ª emissão de debêntures no valor de R\$ 448.400.000, (quatrocentos e quarenta e oito milhões e quatrocentos mil reais), com o prazo de 72 meses, em série única, com remuneração de CDI + 1,30% e destinação dos recursos para gestão ordinária dos negócios da Emissora.

* * *

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Saggioro

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Guilherme Mexias Aché

José Jorge de Vasconcelos Lima

Luís Henrique de Moura Gonçalves

Marcelo de Souza Monteiro

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Humberto Luis Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Sérvio Túlio dos Santos
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC-PE012996-O-3-S-MA